

JOCIMARA PAIVA GRILLO

**A INCLUSÃO DA PESSOA SURDA E O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2017**

JOCIMARA PAIVA GRILLO

**A INCLUSÃO DA PESSOA SURDA E O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – mestrado acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência final para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação do Professor Doutor Heitor Romero Marques.

BOLSISTA CAPES

**CAMPO GRANDE – MS
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

G859i Grillo, Jocimara Paiva

A inclusão da pessoa surda e o desenvolvimento local / Jocimara Paiva
Grillo; orientador Heitor Romero Marques. 2017.
74 f.

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2017.

1. Surdos – Inclusão 2. Desenvolvimento local I. Marques, Heitor Romero
II. Título

CDD – 371.912

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “A inclusão da pessoa surda e o desenvolvimento local”.

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 02/03/2017

BANCA EXAMINADORA

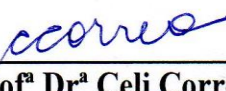


Prof Dr Heitor Romero Marques
Universidade Católica Dom Bosco

Profª Drª Dolores Pereira Ribeiro Coutinho
Universidade Católica Dom Bosco



Profª Drª Luciane Pinho Almeida
Universidade Católica Dom Bosco



Profª Drª Celi Correa Neres
Universidade Estadual de Mato Grosso de Sul

DEDICO este trabalho às pessoas especiais que fazem parte de minha história:
Meu marido Ricardo, meus filhos Wallace, Vitória e Willian; meus pais Odilon
e Maria *in memoriam* e meus irmãos Júnior e Jalmir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela graça da sabedoria para desenvolver a temática proposta a esta dissertação.

Ao meu esposo Ricardo José de Aquino, minha fonte de inspiração e incentivo, por cuidar da casa e dos filhos nos momentos que eu estava dedicada ao desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus filhos Wallace Matheus de Paiva Aquino, Vitória Maria de Paiva Aquino e Willian Ricardo de Paiva Aquino, pela paciência nos momentos de ausência e por suas orações e incentivo com palavras de carinho e ânimo.

Agradeço ao Dr. Heitor Romero Marques, professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, por aceitar o desafio de orientar este trabalho e por ser sempre atencioso, paciente e ético com seus encaminhamentos e principalmente por sua dedicação aos mestrandos do Desenvolvimento Local, que o tem como referência de educador que não apenas transmite seus conhecimentos, mas partilha suas experiências.

As professoras por aceitaram o convite de compor a banca avaliadora desta dissertação: Doutora Celi Correa Neres da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Doutora Dolores Ribeiro Coutinho e Doutora Luciane Pinho de Almeida da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Agradeço à Universidade Católica Dom Bosco, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, nível de Mestrado, por desenvolver temáticas que proporcionam a discussão da inclusão de pessoas com deficiência, e principalmente, por apoiar a inclusão das pessoas surdas garantindo-lhes acessibilidade comunicacional.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa de estudos durante o período de realização deste mestrado.

A todos os colegas e docentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local pelo convívio e aprendizado.

Não posso de deixar de agradecer à grande amiga e revisora de textos Themis Rondão Barbosa que além de todo incentivo revisou este trabalho com toda atenção e profissionalismo.

Por fim, meu especial agradecimento à comunidade surda pela acolhida e apoio para desenvolver esta pesquisa.

“Enquanto houver duas pessoas surdas sobre a
face da terra e elas se encontrarem, serão
usados os *Sinais*. ”

J. Schuler Long (1869 – 1933)

GRILLO, Jocimara Paiva. **A inclusão da pessoa surda e o desenvolvimento local.** 74 f. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades. Universidade Católica Dom Bosco. 2016

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo investigar a inclusão da pessoa surda e sua relação com o Desenvolvimento Local (DL) em seu aspecto teórico relacionado às experiências pessoais da pesquisadora. Neste trabalho, é apresentada uma retrospectiva histórica seguida dos conceitos relacionados à surdez, apresenta-se o profissional Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais (TILS) e sua relevância para a comunidade surda e, por fim, apresenta o Desenvolvimento Local e sua relação com a inclusão das pessoas surdas. Delimitou-se como problema analisar em que termos a inclusão da pessoa surda pode resultar em Desenvolvimento Local. A hipótese é que, mesmo tendo sua língua reconhecida, os surdos ainda enfrentam dificuldades com acessibilidade comunicacional. A pesquisa tem base metodológica em estudo bibliográfico e pesquisa de campo corroborados por interlocutores que apresentam conceitos relevantes sobre a surdez, cultura e identidade surda, e tecnologias que beneficiam a inclusão dos surdos. Apresenta o papel do TILS no processo de inclusão das pessoas surdas tendo como principal desafio saber se os surdos têm alcançado seus objetivos e garantido seus direitos e, com isso, identificar o papel desse profissional para o desenvolvimento cognitivo, social e cultural das pessoas surdas, a inclusão e sua implicação no desenvolvimento local, destacando também conceitos de território, espaço e comunidade. A coleta de dados foi por meio de gravações em vídeo com um grupo de surdos do estado de Mato Grosso do Sul que responderam a duas perguntas. O arcabouço teórico dialoga com a experiência vivenciada pela pesquisadora sobre a relevância das associações de surdos, escolas especiais e inclusivas, bem como das igrejas que deram o primeiro passo para incluir as pessoas surdas. A pesquisa indicou que a inclusão das pessoas surdas tem resultado em Desenvolvimento Local que pode ser notado em eventos sociais e acadêmicos, em escolas e repartições públicas com a presença do TILS, nas tecnologias que possibilitam aos surdos se comunicarem diretamente com outras pessoas por meio de vídeo chamada e demais aplicativos de bate papo. De modo geral o texto proporciona a compreensão do sujeito, sua interação social e como a dinâmica social interfere na qualidade de vida das pessoas surdas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Local, Surdos, Inclusão.

GRILLO, Jocimara Paiva. **The inclusion of deaf people and local development.** 74 f. Dissertation. Masters in Local Development in the context of territoriality. Universidade Católica Dom Bosco. 2016

ABSTRACT

This dissertation aimed at investigating the inclusion of the deaf person and their relation with the Local Development (LD) in its theoretical aspect related to the personal experiences of the investigator. In this work, a historical retrospect is presented followed by the concepts concerning deafness. The professional Translator / interpreter of Language of Signs (TILS) is highlighted and their relevance for the deaf community and, at last, it presents the Local Development and its relation with the inclusion of the deaf person. It was delimited as a problem to analyze in what terms the inclusion of the deaf person can result in Local Development. The hypothesis is that, even having his language recognized, the deaf still face difficulties with communicational accessibility. The research has methodological basis in bibliographical study and field research corroborated by interlocutors who present relevant concepts on the deafness, culture and deaf identity, and technologies that benefit the inclusion of the deaf. It presents the role of the TILS in the process of the deaf person inclusion and its main challenge is to know if the deaf have been reaching their objectives and have had their rights guaranteed in order to identify the role of this professional for the cognitive, social and cultural development of the deaf, as well as their inclusion and its implication in the local development, highlighting concepts of territory, space and community. The data collection was made by video recording with a group of deaf people of the state of Mato Grosso do Sul who responded to two questions. The theoretical outline relates to the experience lived by the investigator on the relevance of the associations of the deaf, special and inclusive schools, as well as of the churches that gave the first step to include the deaf. The research indicated that the inclusion of the deaf has been resulted in Local Development that can be noticed in social and academic events, in schools and government departments with the presence of the TILS, in the technologies that make possible to the deaf to communicate straightly with other persons through video calls and other chat applications. On the whole, the text provides the understanding of the subject, their social interaction and how the social dynamic interferes in the deaf quality of life.

KEY WORDS: Local Development, Deaf, Inclusion.

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
2	RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA INCLUSÃO DA PESSOA SURDA	14
2.1	Conceituando a surdez	17
2.2	Os primeiros passos para a inclusão dos surdos	20
2.2.1	A igreja	24
2.2.2	As associações de surdos	26
2.2.3	As escolas	28
2.3	O poder da comunicação para a inclusão da pessoa surda	31
2.3.1	A língua: desafios e conquistas	32
2.3.2	A comunicação com a família	38
2.3.3	A comunicação com a sociedade	41
3	OS INTÉRPRETES DE LIBRAS E A INCLUSÃO DA PESSOA SURDA	47
3.1	Conceitos e áreas de atuação do Tradutor e Intérprete de Libras	47
3.2	O Tradutor e Intérprete de Libras Educacional	51
3.3	O processo de inclusão sob a ótica da pessoa surda	54
4	A INCLUSÃO DA PESSOA SURDA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	60
4.1	Entendendo o desenvolvimento local	60
4.2	A Tecnologia e a inclusão da pessoa surda	63
4.3	O desenvolvimento local na ótica da pessoa surda	65
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	71

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As questões relacionadas à pessoa surda compõem temas relacionados ao estudo linguístico da Libras, a inclusão educacional, as abordagens de ensino da Libras e a formação acadêmica de professores e Tradutores e Interpretes de Língua de Sinais (TILS). Analisar a inclusão da pessoa surda e sua relação com o desenvolvimento local é o objetivo geral desta pesquisa. Como objetivo específico delimitou-se investigar os processos de inclusão das pessoas surdas e como isso tem sido garantido. Essa temática surgiu das inquietações acumuladas ao longo de 19 anos de casamento da pesquisadora com uma pessoa surda e de sua convivência com a comunidade surda como TILS.

O envolvimento com a comunidade surda foi gradativo, inicialmente como voluntária da Pastoral do Surdo em 1998 e, por conseguinte no ano 2000 foi convidada a atuar em uma escola pública de Campo Grande (MS) e em 2002 foi contratada pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) para interpretar para um acadêmico surdo no curso de Educação Física. Neste período, perceber a pessoa surda e suas angústias foi inevitável, no entanto a experiência familiar foi mais marcante. Apesar de existir legislações que amparam as pessoas surdas, muitas vezes, eles ainda são invisíveis à sociedade e isso traz aspectos cruciais que serão abordados neste trabalho, dentre eles a questão linguística.

A partir da década de 1990, a inclusão da pessoa surda passou a ser um assunto bastante abordado uma vez que a constante luta das pessoas com deficiência por respeito às suas diferenças chamava cada dia mais a atenção de pesquisadores, o que culminou no surgimento de pesquisas com as seguintes temáticas: a Libras e suas características, história e anatomia da surdez, cultura e identidade surda e o intérprete de Libras e suas funções. Porém, a inclusão das pessoas surdas, considerando seus desafios e conquistas, mantendo o foco no ponto de vista do sujeito surdo e o que mudou depois do reconhecimento de sua língua materna, ainda é um tema frequente nas discussões acadêmicas.

Ao abordar a inclusão das pessoas surdas intenta-se apresentar o processo de inclusão em que elas estão inseridas, sua representatividade social e como pode resultar em desenvolvimento local. Neste sentido, este estudo apresenta conceitos relevantes relacionados à pessoa surda e busca identificar os aspectos convergentes à teoria do desenvolvimento local. Desse modo, é relevante compreender os sujeitos envolvidos no processo comunicativo que gera a inclusão, apresentando, além de todo o processo histórico, o modo como os surdos vivem atualmente.

Quanto a coleta de dados a pesquisa que deu origem ao trabalho se caracteriza como sendo de revisão bibliográfica em livros, revistas e *sites* que tratam da temática e pesquisa de campo de abordagem qualitativa por meio de entrevista com surdos em Campo Grande. A entrevista foi baseada em duas perguntas: 1) Como foi o processo de inclusão para você? 2) Qual a importância da inclusão da pessoa surda para o lugar onde você vive? Respeitando a língua materna dos sujeitos – A Libras – as questões foram filmadas e enviadas aos entrevistados por *whatsapp* e a resposta devolvida da mesma forma. Igualmente utilizou-se de experiências vivenciadas pela autora da pesquisa aqui relatada e suas relações com pessoas surdas, tendo como *locus* a cidade de Campo Grande em Mato Grosso do Sul e a comunidade surda nela situada no sentido de responder ao seguinte problema: em que termos a inclusão da pessoa surda pode resultar em desenvolvimento local?

O problema suscitou como hipótese que a inclusão da pessoa resulta em desenvolvimento local e isso pode ser verificado na mobilização dos agentes sociais em busca de garantia de seus direitos. Como exemplo destaca-se que a necessidade de comunicação levou os surdos a se encontrarem na Praça Ary Coelho e destes encontros emergiram a Associação dos Surdos, a Pastoral do Surdo, o Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (CEADA) e a partir destas instituições a inclusão educacional dos alunos com presença de intérpretes de Libras nas escolas de ensino comum.

A maioria das pesquisas tratam da inclusão da pessoa surda no viés educacional, a relação com o desenvolvimento local foi discutida pela primeira vez por Adriano de Oliveira Gianotto, primeiro surdo mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), sua pesquisa discute o Ensino da Libras como fator de desenvolvimento local.

Outra pesquisadora com representatividade nacional é Shirley Vilhalva, pesquisadora surda que registra em seu currículo os primeiros títulos acadêmicos (Pedagogia e Mestrado) recebidos por uma pessoa surda de Mato Grosso do Sul (MS), em suas várias pesquisas aborda a inclusão da pessoa surda e em sua dissertação fez um mapeamento das comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul priorizando as que têm índio surdo e sua pesquisa proporcionou a inclusão de intérpretes nas escolas indígenas para atender aos alunos da comunidade local.

A inclusão educacional, o intérprete educacional e o ensino de língua portuguesa para alunos surdos como segunda língua são as principais temáticas abordadas por Neiva Aquino Albres, descendente dos surdos que protagonizaram os primeiros passos para a inclusão das pessoas surdas em MS. Suas pesquisas contribuem na formação dos tradutores/intérpretes de Libras e com a inclusão educacional das pessoas surdas.

Para entender o Desenvolvimento Local, nessa pesquisa, os principais interlocutores foram Ávila (2001), Marques (2013) e Santos (2004), relacionando seus estudos a inclusão da pessoa surda.

Para melhor entendimento esta dissertação está dividida em quatro capítulos. Primeiro nas **Considerações iniciais**, apresenta-se a temática e seu objetivo, os principais pesquisadores que a abordam e a metodologia do trabalho.

No capítulo 2, **Retrospectiva histórica da inclusão da pessoa surda**, destaca-se a linha do tempo dos desafios apoiados por Albres (2005, 2010 e 2015), Vilhalva (2000) e CNBB (2006). Conceitua-se surdez de acordo com os documentos do Ministério da Educação (MEC), por legislações específicas e estudos fonoaudiólogos que caracterizam a pessoa surda em sua condição anatômica de deficiente auditivo, em busca da compreensão do sujeito e sua representação social. Elenca as principais instituições que deram os primeiros passos para a inclusão dos surdos, e a importância da comunicação para a inclusão social da pessoa surda, apresentando os desafios e conquistas relacionados ao reconhecimento da Libras como língua materna da comunidade surda e ressaltando a participação da família e da sociedade na inclusão dos surdos.

O capítulo 3, **Os intérpretes de Libras e a inclusão da pessoa surda**, apresenta o profissional e as áreas que atua, as leis específicas sobre o TILS, contextualiza sua relevância na inclusão das pessoas surdas. Tem destaque o intérprete educacional, pois sua presença no ambiente acadêmico tem dado mais visibilidade às pessoas surdas.

No capítulo 4, **A inclusão da pessoa surda e o desenvolvimento local**, são apresentados os conceitos de desenvolvimento local, território, espaço e comunidade e seus reflexos à inclusão das pessoas surdas. O trabalho tem o seu desfecho nas **Considerações finais**.

2 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA INCLUSÃO DA PESSOA SURDA

O processo histórico de inclusão no qual a pessoa surda está inserida é marcado por uma série de acontecimentos que culminaram nas políticas públicas aplicadas atualmente. É relevante conhecer o sujeito alvo desta pesquisa, ou seja, a pessoa surda e todo seu universo. Para tanto, é relevante resgatar sua história, apresentando-a e caracterizando sua cultura e identidade. Nas tabelas a seguir apresenta-se uma cronologia significativa de parte da história correlata a pessoa surda distribuída em três dimensões: mundial, no Brasil e no Mato Grosso do Sul.

Quadro n. 1: Dimensão Mundial

ANTES DE CRISTO	1) 2000 a 1500 – os surdos eram protegidos pelos egípcios e leis judaicas, mas não tinham direito à educação (CNBB, 2006, p. 11); 2) 493 a 482 – Roma conhecia os surdos, mas os de nascimento não poderiam ser educados (CNBB, 2006, p. 11); 3) 384 – A Grécia antiga considerava os surdos incapazes de raciocinar e insensíveis (CNBB, 2006, p. 11);
DEPOIS DE CRISTO	1) 1579 – Rossellius escreve o primeiro alfabeto manual italiano (CNBB, 2006, p. 11); 2) 1760 – Na França, o Abade Charles de L'Épée fundou a primeira escola pública para surdos (CNBB, 2006, p. 12); 3) 1729 a 1789 – Na Alemanha, Samuel Heinick desenvolveu o método oralista (CNBB, 2006, p. 12); 4) 1817 – Deu-se a fundação da Casa Americana para Educação e Instrução de Surdos-Mudos, por Gallaudet nos Estados Unidos (CNBB, 2006, p. 13); 5) 1880 – Ocorreu o Congresso de Milão com a consequente proibição do uso da língua de sinais na educação dos surdos (ALBRES, 2010, p. 17);

De acordo com os autores citados no Quadro n. 1, o período histórico registrado apresenta a visão que a sociedade tinha a respeito da pessoa surda desde a Antiguidade até o século XIX. Percebe-se que a ausência da fala era entendida como incapacidade de raciocínio. Com isso, as crianças surdas viviam isoladas e não tinham direito à herança e aos sacramentos religiosos.

Na visão dos autores as crianças surdas, descendentes da nobreza, para que pudessem receber suas heranças precisavam de alguma forma, expressar seus pensamentos. Na época, existiam mosteiros em que os monges utilizavam gestos para se comunicarem durante seus votos de silêncio e perceberam nisso uma oportunidade de ensinar as pessoas surdas a se comunicarem e consequentemente expressarem seus pensamentos. A partir do século XVIII fundaram escolas especiais para crianças surdas, inicialmente o ensino era por meio da linguagem dos gestos¹ que foi desenvolvida ao longo dos anos pelos educadores religiosos.

¹ Termo utilizado no período citado

O ensino da fala, por meio de técnicas de leitura labial, passou a ser defendido pela classe médica, pois acreditavam que era a forma correta de expressar seus pensamentos. Contudo, em alguns casos eram utilizados gestos e leitura labial a fim de ensinar as pessoas surdas a falarem. A comunicação gestual e a leitura labial coexistiram por um longo período até o momento em que ficou decidido que o ensino da fala deveria ser o único método adotado na educação das crianças surdas. No Brasil, representado no Quadro n.2, a realidade era a mesma, pois as crianças surdas descendentes da nobreza recebiam a educação em escolas especiais por meio do método oralista.

Quadro n. 2: Dimensão Brasil

DEPOIS DE CRISTO	<ol style="list-style-type: none"> 1) 1857 – Foi inaugurada a primeira universidade para pessoas surdas em Washington. No Brasil, com apoio de Dom Pedro II, o professor surdo Ernest Huet fundou o Colégio Nacional para surdos-mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (CNBB, 2006, p. 13); 2) 1994 – A Declaração de Salamanca reconheceu que o meio mais eficaz para educar os surdos é por meio da língua de sinais. 3) 2002 – Houve o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais por meio da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, conhecida como lei da Libras (BRASIL, 2002); 4) 2005 – O Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, regulamentou a lei da Libras (BRASIL, 2005); 5) 2006 – Deu-se início ao curso de graduação Letras/Libras organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com o objetivo de licenciar professores para o ensino de Libras, que a princípio iniciaram nove polos em todo o Brasil. Nesse ano também foi aplicado o primeiro exame de Proficiência em Libras (PROLIBRAS) organizado pelo Ministério da Educação em parceria com a UFSC (UFSC, 2012, p. 8); 6) 2008 – A Lei nº 11.796 de 29 de outubro de 2008 instituiu o dia 26 de setembro como Dia Nacional dos Surdos; 7) 2010 – A Lei nº 12.319 de primeiro de setembro de 2010 reconheceu a profissão do intérprete de Libras; 8) 2015 – a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que explicita bem os direitos das pessoas surdas.
------------------	--

De acordo com os autores a educação da pessoa surda no Brasil iniciou ainda no período imperial com a criação do Instituto Imperial de Educação de Meninos Surdos-mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), na cidade do Rio de Janeiro, tendo como público alvo, inicialmente, os meninos surdos descendentes da nobreza, tendo ampliado o atendimento gradativamente de acordo com a realidade da época.

Percebe-se que, no Brasil, a inclusão da pessoa surda passou por vários momentos, incluindo os 110 anos de proibição do uso e ensino da Língua de Sinais. Essa proibição custou à comunidade surda um grande distanciamento da aquisição de uma linguagem que lhe proporcionasse expressar seus pensamentos de maneira mais participativa. Contudo, o movimento mundial em busca de liberdade de expressar-se por meio da Língua de Sinais chegou ao Brasil e aos poucos as políticas de inclusão começaram a ser implantadas e a partir

delas a comunidade surda tem avançado cada vez mais em busca de reconhecimento da Língua de Sinais, que aconteceu aos poucos de Estado em Estado até alcançar o reconhecimento pelo Governo Federal do Brasil. No quadro a seguir apresenta-se o percurso da inclusão das pessoas surdas no Estado do Mato Grosso do Sul.

Quadro n. 3: percurso da inclusão das pessoas surdas no Estado do Mato Grosso do Sul.

DEPOIS DE CRISTO	<ol style="list-style-type: none"> 1) 1983 – Ocorreu a fundação da Associação de Surdos do Mato Grosso do Sul (ASSUMS) que tem como atividade principal a defesa dos direitos sociais das pessoas surdas. 2) 1986 – Pelo Decreto nº 3.546 de 17 de abril de 1986 foi criado o Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (CEADA) em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul (MS) para atender crianças surdas. A oferta do primeiro curso de Libras deu início à formação de intérpretes para atuação nas escolas de MS (ALBRES, 2005, p. 5); 3) 1988 – A ASSUMS realiza o primeiro encontro de surdos, enfatizando a importância da comunicação para as pessoas surdas. Iniciam-se nesse ano cursos de formação de instrutores de Libras em todo o MS (VILHALVA, 2000, p. 2); 4) 1989 – Foi concedido pela primeira vez no Estado, pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), à Shirley Vilhalva, surda, oralizada e usuária da Libras o diploma de Pedagoga (VILHALVA, 2000, p. 2); 5) 1992 – A Santa Casa de Campo Grande autorizou pela primeira vez a presença de um intérprete durante todo o trabalho de parto a uma parturiente surda (VILHALVA, 2000, p. 2); 5) 1993 – pela Lei nº 2.997 de 10 de setembro de 1993 o município de Campo Grande (MS) reconheceu a Libras como meio de comunicação objetiva e de uso recorrente e garantiu a formação de servidores de repartições públicas para atuarem como intérpretes de Libras (VILHALVA, 2000, p. 2); 7) 1994 – O CEADA elegeu como primeira diretora surda a professora Shirley Vilhalva (VILHALVA, 2000, p. 2); 8) 1995 – Em Campo Grande iniciou o trabalho de apoio em sala de aula com a presença de intérpretes de Libras nas Escolas Estaduais Lúcia Martins Coelho e Adventor Divino de Almeida (VILHALVA, 2000, p. 2); 9) 1996 – A Libras é reconhecida no Estado de Mato Grosso do Sul por meio da Lei nº 1.693 de 12 de setembro de 1996 (VILHALVA, 2000, p. 2); 10) 1997 – O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) iniciou em Campo Grande (MS) cursos de Libras para formação de intérpretes e instrutores (VILHALVA, 2000, p. 3); 11) 1999 – A rede municipal de ensino de Campo Grande iniciou o trabalho com intérpretes em sala de aula nas Escolas Municipais Arlindo Lima e Bernardo Franco Baís. Ainda nesse ano os surdos que participaram do concurso público para servidor do Estado e para o vestibular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) contaram com apoio de intérpretes durante as provas (VILHALVA, 2000, p. 3); 12) 2000 – Aconteceu o primeiro Seminário de Libras no Estado a fim de avaliar o programa de Libras no CEADA e apresentar propostas inovadoras e sugestões para superação das dificuldades enfrentadas pelas pessoas surdas. A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) por meio da Resolução nº 31 garante a presença de intérpretes nas salas de aula. É reconhecido no Estado o dia do Surdo a ser comemorado todo dia 26 de setembro de acordo com a Lei nº 3.755 de 8 de junho de 2000 (VILHALVA, 2000, p. 3); 13) 2008 – A Universidade da Grande Dourados (UFGD), em parceria com a UFSC, iniciou as aulas do curso Letras/Libras na modalidade a distância; 14) 2012 – A UFGD certificou os alunos da primeira turma de Letras/Libras conferindo-lhes o grau de licenciados e/ou bacharéis em Libras; 15) 2014 – Houve a nomeação de dois professores surdos egressos da primeira turma de Letras/Libras do Estado de Mato Grosso do Sul com polo na cidade de Dourados (MS) para exercer a função de professor auxiliar ministrando a disciplina de Libras nos cursos da UFMS; 16) 15 d. C – Ocorreu a nomeação de um professor surdo egresso da primeira turma de Letras/Libras do Estado de Mato Grosso do Sul com polo na cidade de Dourados (MS) para exercer a função de professor no ensino básico técnico e tecnológico do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS).
------------------	--

A inclusão das pessoas surdas em Mato Grosso do Sul iniciou por meio dos jovens surdos egressos do INES, pois a cada vez que iam para o Rio de Janeiro estudar percebiam que era possível replicar algumas ações para atender aos surdos que não tinham condições financeiras para estudar no INES. Assim, de acordo com Albres (2005, p.6) uma das primeiras ações foram os encontros na Praça Ary Coelho que culminaram na fundação da Associação dos Surdos (ASSUMS), da Pastoral do Surdo e do Centro Educacional de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (CEADA).

Não diferente dos acontecimentos nas dimensões mundial e nacional, a estadual também passou pela fase da proibição da Língua de Sinais. Mas assim como nas demais dimensões as políticas públicas, aos poucos, levaram ao reconhecimento da Língua de Sinais no município de Campo Grande e no Estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com as pesquisas de Albres (2005) esse reconhecimento proporcionou o desenvolvimento de projetos que iniciaram a inclusão dos estudantes surdos em escolas do ensino comum tendo a presença do intérprete de Libras nas salas de aula. Dentre os avanços da inclusão dos surdos no Estado percebe-se que eles começaram a protagonizar suas histórias a partir do momento em que a Libras foi inserida no ambiente escolar, assim o acesso ao conhecimento possibilitou os avanços nos estudos e consequente envolvimento na educação das pessoas surdas.

Com esse percurso percebe-se que as pessoas surdas tiveram sua representatividade social de modo passivo, pois mesmo sendo o alvo principal não eram elas que realizavam as ações. Contudo, isso foi mudando de acordo com os grupos sociais nos quais estavam inseridos. O trabalho que começou como assistencialismo e perdurou por séculos foi transformado por eles em luta de classe.

Ao conhecer o processo histórico da inclusão da pessoa surda é possível compreender o movimento surdo em busca de respeito a sua cultura e identidade, no entanto, é preciso entender a surdez e o sujeito surdo.

2.1 Conceituando a surdez

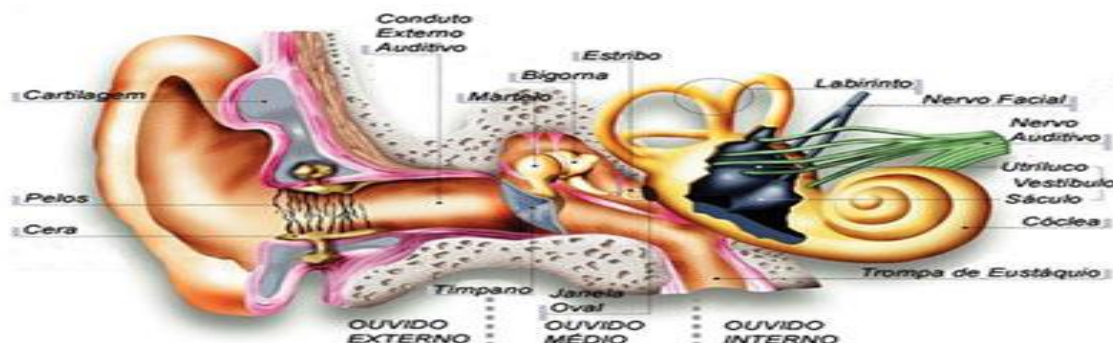
Ao pesquisar a inclusão das pessoas surdas não se pode desconsiderar o sujeito e sua identidade social. Apesar de que existem nuances e peculiaridades que diferenciam um surdo do outro é possível afirmar que há muitos elementos em comum, como por exemplo, a Língua de Sinais. Sá (2002, p. 110) define a cultura surda como: “[...] um campo de forças subjetivas

que se expressa através da linguagem, dos juízos de valor, da arte, das motivações etc., gerando a ordem do grupo, com seus códigos próprios, suas formas de organização, de solidariedade etc.” A despeito da possibilidade de se discutir a existência de uma cultura surda salienta-se que tanto a vivência da autora desta dissertação quanto à revisão da literatura permite identificar dois posicionamentos a esse respeito: um a favor da existência da cultura surda e outro contra. Conhecer a pessoa surda em sua condição fisiológica e social é imprescindível para a compreensão de como sua língua o torna um sujeito ativo na sociedade em que está inserido e assim perceber os aspectos culturais presentes na comunidade surda.

Segundo Cormedi (2012, p. 31-37) são vários os fatores que levam à perda auditiva, dentre os quais se destacam as doenças adquiridas na gestação (rubéola e sífilis são as mais comuns), problemas no parto com relação ao oxigênio (anoxia e hipóxia), fatores genéticos, doenças que afetam o sistema nervoso central como meningite, sarampo, caxumba e acidentes por uso indevido de medicamentos ou traumas.

A classificação da surdez é dada de acordo com a parte afetada do ouvido como apresentada na figura 1.

Figura 1: anatomia do ouvido.



Fonte: <http://www.medicinageriatrica.com.br/2007/06/17/anatomia-do-ouvido-humano/>

De acordo com as definições do Ministério da Educação (MEC),

O som é um fenômeno resultante da movimentação das partículas do ar. [...] Perceber, reconhecer, interpretar e, finalmente, compreender os diferentes sons do ambiente só é possível graças à existência de três estruturas que funcionam de forma ajustada e harmoniosa, constituindo o sistema auditivo humano. [...] uma, é externa; as outras duas (internas) estão localizadas dentro da caixa craniana (MEC, 2006, p. 13).

A deficiência auditiva é conceituada de acordo com sua característica pela “[...] diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva” (BRASIL, 1997, p.

31). Ainda de acordo com o MEC existem dois tipos de problemas auditivos, os que afetam o ouvido externo ou médio e geralmente são reversíveis por intervenção cirúrgica ou uso de prótese, e as que afetam o ouvido interno, também conhecido como surdez neurossensorial por afetar o nervo auditivo.

O exame de audiometria é utilizado para detectar a deficiência auditiva e medi-la em decibéis. Esse exame depende de resposta aos estímulos e assim o diagnóstico muitas vezes é tardio. Atualmente, com os avanços da tecnologia, as crianças são submetidas ao teste audiométrico, conhecido como teste da orelhinha, realizado entre o segundo e terceiro dias de vida e repetido a cada três meses até que a criança complete um ano.

Baseando-se em estudos clínicos, o Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005, ao regulamentar a Libras, conceitua a pessoa surda.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2005, p. 1)

Em consonância com esta delimitação, a deficiência auditiva é classificada de acordo com o grau da perda e com base nos estudos de Dias (2006) tem-se a tabela a seguir.

Quadro 4: Classificação da deficiência auditiva

Classificação	Média encontrada	Características
Normal	0 a 25 Db	Não percebe os fonemas da mesma forma, isso altera a compreensão das palavras; voz fraca e distinta não é ouvida.
Leve	26 a 40 Db	Criança considerada desatenta; a aquisição da linguagem é normal/lenta e, mais tarde, vai ter dificuldade na leitura e/ou na escrita; precisa de acompanhamento.
Moderada	41 a 70 Db	Percebe a voz com certa intensidade, pode ocorrer atraso na linguagem/alteração articulatória, discriminação difícil em lugares ruidosos.
Severa	71 a 90 Db	Identifica ruídos familiares (predominando os graves); percebe voz forte; família necessita de orientação precoce para auxiliar o rendimento da criança, compreensão verbal associada a grande aptidão visual.
Profunda	Acima de 91 Db	Não percebe a voz humana, sem estímulo adequado (ex: prótese auditiva); não há <i>feedback</i> auditivo; maior facilidade para perceber as pistas visuais

Fonte: (DIAS, 2006 p.22)

Ao conhecer a classificação da surdez apresentada por Dias (2006) é possível a compreensão de como se dá o processo de inclusão da pessoa surda, ou como deveria ser. Consequentemente é possível perceber os porquês das diferenças socioculturais e linguísticas que se tem em meio a comunidade surda. A partir do exposto pode-se iniciar a discussão sobre a inclusão da pessoa surda a ser abordada no próximo item.

2.2 Os primeiros passos para a inclusão dos surdos

Na medida em que se conhece a história da inclusão é possível entender a pessoa surda em diferentes épocas. Slomski (2012, p. 26) aborda uma breve história sobre a relação da pessoa com deficiência e a sociedade. A autora aponta que o valor ao sujeito era determinado de acordo com o conceito de homem funcional de cada época. Em suas palavras “[...] a trajetória social das pessoas surdas esteve dialeticamente implicada a concepção de homem e de cidadania [...]”. Ainda nas palavras de Slomski (2012) o conceito de perfeição e produção eram a garantia de sobrevivência, no entanto, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram “descartadas”, seu destino dependia da cultura local, algumas eram segregadas, outras eram sacrificadas. Nessa mesma perspectiva, era impossível aos surdos receber educação formal ou religiosa, pois não conseguiam compreender os ensinamentos e apreender as regras da sociedade. Por isso, foram considerados incapazes e durante séculos eliminados, segregados e desvalorizados socialmente por não falarem.

No século XVI inicia-se o caminho para a reabilitação das pessoas surdas, pois começam a surgir propostas para ensinar os “surdos da nobreza de nobres a falar, como condição necessária para preservar seu lugar social ou seus direitos de herança” (SLOMSKI, 2012, p. 26). Slomski salienta que os ideais iluministas de liberdade e igualdade garantiram o surgimento das primeiras escolas especializadas para surdos no século XVIII. Os primeiros passos foram registrados por educadores que desenvolveram diferentes métodos de ensino: o oralismo de Heinick, o gestual de L’Épee e o combinado de Braidwood.

O método oralista de acordo com Albres (2010, p. 27-8) “Parte do princípio de que o indivíduo surdo, mesmo não possuindo o nível de audição para receber os sons da fala, pode se constituir como interlocutor por meio da linguagem oral”. Mesmo não sendo capaz de ouvir a pessoa surda tem capacidade de desenvolver a fala a fim de integrar-se na comunidade ouvinte. Neste caso a surdez é minimizada e o contato com a linguagem oral deve ser feito desde a mais tenra idade. Para desenvolver esse método são utilizadas como metodologias a

leitura orofacial² e a vibração corporal no sentido de se chegar à compreensão da fala. Vygotsky (1998, p. 139) *apud* Albres (2010, p. 28) pontua que:

A atenção tem se concentrado inteiramente na produção de letras, em particular, e na sua articulação distinta. Neste caso os professores de surdos-mudos não distinguem, por trás dessas técnicas de pronúncia, a linguagem falada; e o resultado é a produção de uma fala morta.

Vygotsky (2001, p. 12) afirma que “uma palavra sem significado é um som vazio”, assim o ensino da fala para as pessoas surdas tem seus aspectos negativos, pois se não compreendem o significado da palavra, logo, a construção do pensamento é nula. Seguindo este pensamento o autor destaca que “A linguagem não depende necessariamente do som. Há, por exemplo, a linguagem de sinais dos surdos-mudos e a leitura dos lábios, que é também interpretação de movimentos” (VYGOTSKY, 2001, p. 41). Dessa maneira, infere-se que a linguagem gestual desenvolvida por vários educadores de surdos, por ser visual, vem carregada de significações e proporciona a pessoa surda associar o significado a um significante e assim construir o pensamento.

O método combinado, desenvolvido por Braidwood no século XIX utilizava o alfabeto manual com as duas mãos e os “[...] estudantes aprendiam palavras escritas, seu significado, sua pronúncia e a leitura orofacial”. Seguindo essa tendência, Vygotsky (2001, p. 41) relata que o uso paralelo dos sons e gestos era relevante nas linguagens dos povos primitivos. Na visão dos autores evidencia-se a necessidade de uma forma visual de comunicação para que as pessoas surdas possam se comunicar. Dessa forma, Charles-Michel de L’Epée (1712-1789) inicia a educação de surdos utilizando a comunicação gestual-visual para ensinar seus alunos surdos. Durante muito tempo este método foi eficaz na inserção social das pessoas surdas, pois assim eles tinham acesso ao conceito e podiam desenvolver seus pensamentos (SCHLÜNZEN *et al.* 2013, p. 51).

As experiências mais significantes se deram pelos métodos que envolviam uma experiência visual, no entanto, o método oralista foi considerado o mais adequado pelos participantes do Congresso Internacional sobre a Educação de Surdos que aconteceu em Milão no ano de 1880. Dessa forma, os surdos presenciaram suas vidas serem decididas por defensores da obrigatoriedade da fala para garantia de participação social. Neste mesmo evento ficou decidido pela proibição do uso das linguagens gestuais, pois consideravam que elas poderiam retardar o aprendizado da fala (SCHLÜNZEN *et al.*, 2013, p. 52).

² Capacidade de compreender uma mensagem falada a partir do movimento dos lábios – leitura labial.

No que se refere a história da educação de surdos, Slomski (2012, p. 28) pontua a marca de dois grandes períodos, aquele em que eram educados por meio de experiências visuais que foi, entre meados do século XVIII à primeira metade do século XIX. O segundo período, que surgiu em 1880 e teve seu fim com o advento dos movimentos em prol da educação bilíngue no final do século XX. Com isso, o processo de inclusão da pessoa surda foi prejudicado, uma vez que nem todos conseguiam aprender a falar e muito menos entender o que se falavam (oralização). O método oralista foi obrigatório nas escolas por cento e dez anos em todo o Brasil.

A pessoa surda sempre foi “estudada” por suas características clínicas e aspectos educacionais, a medicina buscando a cura e a educação, métodos de ensino. No entanto, seu caráter social é pouco discutido. Um indivíduo, que durante séculos foi considerado incapaz, que carregou a deficiência como âncora para seu desenvolvimento e engajamento social, tem buscado desvincular-se de nomenclaturas que dão destaque a sua questão anatômica (não ouvir e não falar) e não valoriza suas capacidades cognitivas. O termo pessoa surda carrega um significado contextualizado por aspectos históricos, sociais e culturais. Significa ver o ser humano e não sua deficiência.

Após cem anos de proibição do uso da Língua de Sinais na educação de surdos, eles conquistam a liberdade linguística de acesso à educação utilizando a Língua de Sinais. Isso foi resultado de anos de luta em busca de reconhecimento das Línguas de Sinais como língua materna dos surdos. No Brasil, essa conquista foi marcada pela Lei nº 10.436/2002, que estabelece: “Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. ” (BRASIL, 2002, p. 1). E o Decreto nº 5626/2005, que regulamenta essa lei, apresentando instruções em relação à inclusão da Libras nas escolas e universidades, decorre também sobre a formação do professor/instrutor e do tradutor/intérprete de Libras.

Diante dessas mudanças e da constante luta por garantir direitos constitucionais de igualdade e liberdade de ir e vir enquanto cidadão brasileiro, as pessoas surdas vêm conquistando cada dia mais espaço na sociedade. Convém ressaltar, que todo esse processo está envolto com a questão da inserção na escola. Igualmente, é comum encontrar surdos graduados que não conseguem inserção no mercado de trabalho, por conta dos entraves comunicacionais. Isso porque a pessoa ouvinte que desconhece a Libras nota o obstáculo e não as possibilidades. É perceptível a busca da maioria das pessoas surdas pela formação

docente, pois aquele que se aventura em outras áreas corre o risco de não conseguir se enquadrar no mercado de trabalho devido à problemática da comunicação.

Sacks (1998, p. 15) afirma que somos ignorantes em relação à surdez. A sociedade ainda desconhece o surdo e sua língua. É comum intérpretes serem questionados da seguinte forma: É você que fala com as mãos? É você que fica fazendo assim (e faz movimentos bruscos com os braços) com as mãos? O que é que você está fazendo? Ou ainda são abordados por pessoas que acham linda a língua de sinais, mas que nunca viram surdos. Sacks (1998, p. 22) afirma que,

Ser deficiente na linguagem, para um ser humano, é uma das calamidades mais terríveis, porque é apenas por meio da língua que entramos plenamente em nosso estado e cultura humanos, que comunicamos livremente com nossos semelhantes, adquirimos e compartilhamos informações.

Considerando a linguagem, defendida por Sacks (1998), como forma de participar da sociedade é preciso saber como os surdos estão participando. Igualmente, é preciso saber se eles se sentem percebidos socialmente. Nesse aspecto Luz (2013), no título de sua obra *Cenas Surdas*, questiona: “os surdos teriam lugar no coração do mundo?” e apresenta questões sobre o surgimento social dos surdos, utilizando o conceito de “aparição”. Nas palavras do autor:

Aparição é, no seu grau máximo, assumir-se entre Outros como alguém que é singularização de toda a humanidade, a realização plena e criativa de si no mundo comum a partir da experiência sensorial, afetiva, linguística e cultural ofertada pela presença de um Outro responsável por mim enquanto rosto (LUZ, 2013, p. 33).

As pessoas surdas participam em uma sociedade majoritariamente ouvinte e usuária de uma língua oral-auditiva. Logo, o sentimento de pertença não se completa, pois eles necessitam de “apoio” para se comunicar com essas pessoas que não compreendem a Libras. É comum a presença de alguém, que nem sempre é um profissional, para que eles possam ser entendidos, muitas vezes são familiares ou amigos que nem sempre sabem ou dominam a Libras. A forma de comunicação se dá por meio de sinais primitivos, criados no seio familiar para minimizar a exclusão dentro de casa. O sentimento de pertença irá se concretizar, para os surdos, somente nos contatos sociais com seus pares. E isso se dá em diversos contextos: o religioso, o social, o educacional e o familiar que serão apresentados nos próximos tópicos.

2.2.1 A Igreja

Os registros sobre a história da inclusão dos surdos não são abundantes, porém o pouco que se tem relata, genericamente, o que a sociedade pensava sobre as pessoas “anormais”. De acordo com Silva, Guimarães e Gomes (2013, p.122) as pessoas surdas eram excluídas, escravizadas ou condenadas à morte pela civilização Grega. A incapacidade de falar e consequentemente entender o que se falava, levava muitos surdos à exclusão total da sociedade. Eram consideradas pessoas castigadas pelos deuses, incapazes de serem educados e de ter representação social.

A igreja católica registra as primeiras tentativas de incluir as pessoas surdas no século XVI, com o monge beneditino espanhol Pedro Ponce de León (1520-1584), cujo objetivo era ensinar os surdos a falar para que pudessem ter direito à herança. Vale destacar que seus alunos eram descendentes da nobreza. Seu método mesclava o alfabeto manual e os sinais utilizados pelos monges beneditinos que viviam a lei do silêncio. (MOORES, 1996 *apud* CHOI, *et al.* 2011, p. 7).

Outro personagem, também religioso, foi o abade francês Charles-Michel de L'Épée (1712-1789) que criou o alfabeto manual e fundou a primeira escola para surdos na França. Foi responsável pela mudança no método da educação de surdos, saiu do atendimento individual para o coletivo. Utilizava a Língua de Sinais Francesa com o objetivo de ensinar os surdos a lerem e escreverem e isso possibilitou que vários surdos assumissem cargos que antes eram ocupados por ouvintes (CNBB, 2006, p.12).

No Brasil, o professor francês Ernesto Huet, que era surdo, iniciou a educação dos surdos filhos dos nobres e fundou em 1857 o Imperial Instituto para meninos surdos, hoje denominado Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Seu método era o mesmo utilizado pelos educadores de surdos na França. O INES tinha dentre seus conteúdos o ensino da Doutrina Cristã (INES, 2016).

No século XX, as vertentes do ensino de Língua de Sinais voltaram a aflorar e com apoio de grandes centros de pesquisa, como a Universidade Gallaudet, os movimentos em prol da educação acessível para os surdos fez surgir outros pesquisadores que desbravariam a educação bilíngue no mundo. Com isso alguns religiosos começaram o trabalho de evangelização dos surdos, buscando garantir a eles não somente a inclusão religiosa, mas sim o acesso a seus direitos como cidadãos. Neste contexto destaca-se o padre Eugênio Oates que,

em 1946, percorria o território brasileiro levando aos surdos a educação religiosa. Neste contexto, em 1951, foi ordenado o primeiro padre surdo no Brasil, padre Vicente Penido Burnier.

Com o propósito de incluir e evangelizar os surdos que, padre Eugênio Oates e Monsenhor Vicente Penido Burnier³, promoveram vários encontros religiosos pelo Brasil. Importante ressaltar também que a promoção da catequese para surdos resultou na criação de várias escolas e na fundação da Pastoral do Surdo (CNBB, 2006, p. 14).

Podem-se destacar entre as instituições religiosas católicas que oferecem atenção aos surdos: o Instituto Santa Teresinha em São Paulo, a Pequena Missão para Surdos em Londrina (PR), Cascavel (PR) e Campinas (SP), Instituto Filippo Smaldonne em Belém (PA), Brasília (DF), Riamola (GO) e Fortaleza (CE), Escola Épheta em Curitiba. Este serviço iniciado pela igreja católica foi expandido para as igrejas evangélicas. Tem como destaque a difusão da Libras em prol da evangelização dos surdos: os Testemunhas de Jeová, os Batistas e os Adventistas. Pode-se perceber que hoje o surdo escolhe sua religião por compreender sua doutrina e se identificar com ela.

Em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, as atividades com surdos nas igrejas tiveram início na década de 1990 com o registro dos primeiros surdos a serem catequisados pela igreja católica o Santuário de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, quando três irmãos surdos, com apoio da família e colaboração de uma prima para interpretar as aulas, iniciaram sua formação cristã. Esses jovens, que têm vários surdos em sua família, incluindo os pais e um tio, vivenciaram o início da inclusão dos surdos na capital. De acordo com Albres (2005, p. 4)

Nas décadas de 60 e 70, em Campo Grande, a população de surdos era reduzida, os rapazes surdos eram mais vistos, pois se encontravam todos os finais de tardes e noites na esquina da Rua 14 de Julho com a Dom Aquino, para um pequeno lazer, todos se comunicavam por meio da língua de sinais.

Nessas reuniões eram tratados vários assuntos, dentre eles o religioso. Havia o desejo de compreender o que era falado nas missas e levar a palavra de Deus aos demais surdos do grupo, que contava com apoio de uma intérprete que participava com eles nessas reuniões. Houve o primeiro contato com a Capela do Colégio Dom Bosco e com aval do então diretor Padre José Marinone, a intérprete começou a atuar nas missas e na catequese, que era ministrada por familiares dos jovens surdos citados anteriormente. Esse trabalho marcou o

³ Primeiro sacerdote surdo do Brasil.

início da Pastoral do Surdo em 1991 em Campo Grande (MS). Pouco tempo depois, a Primeira Igreja Batista também iniciou seus trabalhos com o Ministério do Silêncio e a Igreja Presbiteriana com o Ministério Mãos Fiéis. Atualmente, o Estado de Mato Grosso do Sul conta com várias instituições religiosas que atuam na evangelização da pessoa surda e contam com missionários surdos formados em Teologia que atuam em suas igrejas, diretamente com o grupo de surdos, proporcionando a eles o acesso à palavra de Deus.

Outra contribuição importante da Igreja é que os primeiros profissionais que atuaram como TILS nas escolas de Campo Grande (MS), são oriundos de suas atuações como voluntários em suas Igrejas. De mesma relevância, as instituições religiosas contribuíram com a inclusão da pessoa surda em outros ambientes sociais.

Nos estudos de Vilhalva (2000) percebe-se que, igualmente aos grupos religiosos, a Associação de Surdos de Mato Grosso do Sul (ASSUMS) e o Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (CEADA), surgiram dos grupos de surdos na Praça Ary Coelho, que além da interação social discutiam as condições vivenciadas por eles. Para melhor entendimento os próximos tópicos esclarecem a relevância destas instituições para a inclusão da pessoa surda em Mato Grosso do Sul.

2.2.2 As associações de surdos

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil há mais de cinco milhões de pessoas surdas. No entanto, estima-se que o número seja bem maior, pois ainda existem famílias que não identificam seus filhos como deficiente auditivo (termo utilizado pelo censo), já no Estado do Mato Grosso do Sul tem-se a estimativa de mais de cem mil. Perante tantos casos de pessoas surdas espera-se que haja busca por melhores condições de vida e garantia de visibilidade social.

Em vista do grande número apontado pela estatística populacional, pode-se entender os movimentos sociais organizados pelas instituições que surgem a fim de garantir aos sujeitos usuários da Libras o reconhecimento de cidadãos de direitos e deveres. Assim, a criação das associações objetiva além da difusão de sua língua a inserção social das pessoas surdas. Sobre o contexto histórico das associações Monteiro (2006) afirma

Uma associação foi fundada no dia 16 de maio de 1953 com a ajuda de uma professora de Surdos, Dona Ivete Vasconcelos. Era composta por um grupo de Surdos da Congregação de Surdos do Rio de Janeiro (Alvorada). Dona

Ivete emprestava a sala do pátio de seu prédio para as reuniões com o presidente da associação - Vicente Burnier. Este foi substituído pelo novo presidente Alymar Antunes Bousquat, que juntou essa fundação com os ex-estudantes do INES para desenvolver as competições esportivas e lazer (MONTEIRO, 2006, p. 297)

Os jovens surdos que concluíam seus estudos no INES e voltavam para seus estados de origem levavam consigo todo o conhecimento e experiências vivenciados no Rio de Janeiro e aspiravam à construção de um mundo melhor para os sujeitos surdos. Após o Rio de Janeiro o próximo estado a ter sua associação foi São Paulo, seguido de Minas Gerais e depois e demais estados brasileiros. Em Campo Grande, a ideia surgiu na década de 1980 com os jovens egressos do INES.

[...] o grupo de surdos une-se, uma tentativa também de preservar a língua, e no Estado foi fundada a Associação de Surdos, mais precisamente no dia 06 de março de 1982, com a denominação de ADAMS – Associação dos Deficientes Auditivos de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Campo Grande MS, presidente: Joel Faraco e vice-presidente: José Ipiranga de Aquino, a partir do dia 12 de abril de 1987, passou a ser denominada ASSUMS – Associação dos Surdos de Mato Grosso do Sul. Pela troca de nome já se percebe que o surdo não quer ser visto como um deficiente, mas sim como um indivíduo capaz, com uma língua diferenciada, pois o termo deficiente carrega o estigma imposto a essas pessoas (ALBRES 2005, p. 6).

Percebe-se que as Associações têm grande relevância para a representação social das pessoas surdas, pois são elas que possibilitam a eles espaço para interação e assimilação de conceitos. As associações de surdos são um espaço potencial nos quais os surdos podem criar algo comum a todos e que proporciona a eles mais visibilidade social. Uma das conquistas deste movimento é o reconhecimento da Língua de Sinais como língua materna das pessoas surdas. Esse reconhecimento aconteceu, primeiramente, a nível municipal, seguido do estadual e finalizado pela Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril de 2002.

O Brasil, de acordo com a Confederação Brasileira de Surdos⁴, tem registro de 135 instituições sociais voltadas aos surdos, sendo: 109 associações, 09 sociedades, 10 federações, 01 confederação e 06 clubes sociais e todos atuam em busca de visibilidade para os surdos. No entanto, apesar dos esforços, estas instituições enfrentam várias barreiras para que possam permanecer ativas, a maioria delas existe apenas no papel. O principal fator é o financeiro, pois sem recursos não há como manter as instalações e muito menos ofertar serviços à comunidade surda.

⁴ Informações disponíveis em: <http://www.cbsurdos.org.br/associacoes.htm>.

Em Mato Grosso do Sul, tem uma associação que está inativa há pelo menos dez anos e com isso quem tem feito a representação das pessoas surdas no Estado é o Centro de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (CEADA) e o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), porém, o foco destes dois centros é na educação como será tratado no próximo tópico.

2.2.3 As escolas

No Brasil, a escolarização dos surdos iniciou-se com a criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) que, inicialmente, atendia em formato de internato para os meninos e externato para meninas e recebia alunos de todo o Brasil. A escola foi fundada por Ernest Huet, professor surdo vindo da França para atender jovens surdos da nobreza. Os alunos eram alfabetizados por meio da Língua Francesa de Sinais e recebiam também instruções profissionalizantes de acordo com suas habilidades. Atualmente o INES atende desde a educação básica até o ensino superior e não mais em regime de internato tendo papel importante na representação social das pessoas surdas, pois de lá saíram os líderes que as comunidades surdas têm como referência até hoje. Muitos de seus professores são ex-alunos (INES, 2016).

Outra escola com representatividade é o Instituto Santa Teresinha (IST), fundado em 1929 em Campinas/SP pelas irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Calvário. Em 1933, foi transferido para São Paulo e as alunas vinham de diferentes regiões do Brasil, o regime inicialmente foi o de internato. Diferentemente do INES, o IST trabalhava com a reabilitação oral e auditiva por meio do método oralista. Atualmente, o IST é uma escola bilíngue que alfabetiza o surdo primeiramente em Libras e a respeita como língua materna e ensina a Língua Portuguesa como segunda língua. Seus professores devem ser surdos ou ouvintes fluentes em Libras (PEREIRA *et al*, 2011).

Com o tempo o número de atendidos por essas escolas foi aumentando, porém, enviar os surdos para o Rio de Janeiro ou São Paulo se tornou inviável. De acordo com Albres (2005, p. 28),

[...] a criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e do Instituto Pestalozzi, em outras regiões do país, os quais se caracterizam como entidades filantrópicas sem fins lucrativos e tinham como clientela as pessoas ditas “excepcionais”, termo que designa um conjunto de deficiências, inclusive as sensoriais, conforme Kirk & Gallagher (1987), essas entidades passaram a atender, também, aos surdos. Posteriormente,

foram criadas diretorias de educação especial vinculadas à secretaria de educação de cada estado e, conseqüentemente, escolas especiais para surdos.

Durante muito tempo os surdos foram escolarizados juntamente com as crianças com outras deficiências e o método de ensino era o mesmo para todos, ou seja, oralização. Com isso, o processo de ensino não atendia às necessidades educacionais dos alunos surdos, pois o método oralista não é o mais adequado para pessoas com perda auditiva severa. Para eles o método adequado deve incluir experiências visuais.

Durante todo o período de proibição do uso da Língua de Sinais nas escolas, estimado em cem anos, as pessoas surdas podiam se comunicar por meio de sua língua materna apenas nos espaços externos às escolas. Vale ressaltar que o contato social era bem reduzido, principalmente para as crianças, deste modo o contato com a Língua de Sinais se dava tardiamente.

Em Mato Grosso do Sul, o atendimento especializado em um ambiente especificamente para pessoas surdas iniciou há três décadas com a criação do Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (CEADA).

Em 1981, foi criada a Diretoria de Educação Especial para subsidiar os serviços de educação especial das instituições e ampliar os serviços de atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais no Estado. Foram criados o Centro Regional de Assistência Médico Psicopedagógica e Social - CRAMPS. O Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação – CEADA, criado pelo Decreto nº 3.546, de 17 de abril de 1986, [...] (ALBRES, 2005, p. 5).

Ainda de acordo com os postulados de Albres (2005), a escola CEADA foi criada para atender não apenas as necessidades educacionais, mas também as sociais, pois a equipe contava com Assistentes Sociais, Psicólogos e Fonoaudiólogos, atendendo desde a reabilitação oral-auditiva até a escolarização das séries iniciais do ensino fundamental. Vale ressaltar que o atendimento inicialmente era voltado para o ensino da fala, os servidores do CEADA não eram usuários da Língua de Sinais e isso era um fator complicador, pois as crianças nem sempre compreendiam o que estava acontecendo.

As mudanças começam a ocorrer com a Declaração de Salamanca em 1994 que objetivava a “Educação para Todos” sugerindo que as políticas educacionais deveriam garantir aos surdos o acesso à educação por meio da língua de sinais (BRASIL, 1994, p. 7).

Os movimentos em busca de equidade social, somados as políticas de inclusão que emergiram no século XX, aos poucos, levaram ao reconhecimento da língua de sinais nos diversos estados brasileiros. Em Mato Grosso do Sul, o primeiro reconhecimento foi feito pela Lei Municipal nº 2.997 de 10/11/93 e, pouco tempo depois, pela Lei Estadual nº 1.693 de 1996. Contudo, a acessibilidade educacional para as pessoas surdas era garantida apenas nas dependências do CEADA, ao terminarem a escolarização básica, até quinto ano do ensino fundamental, tinham duas opções: não estudar mais ou ir para as escolas regulares onde não era garantido o acesso por meio da Libras. Com isso tem-se uma defasagem grande na continuidade do aprendizado das pessoas surdas.

O CEADA, em 2017, passa a atuar na formação, assessoramento, orientação e capacitação de profissionais para atuar no atendimento educacional especializado de alunos com surdez. O atendimento clínico com fonoaudiólogos continuará sendo realizado, incluindo os exames de audiometria. No entanto, não mais terá o atendimento escolar das séries iniciais do ensino fundamental, os alunos surdos serão transferidos para escolas de ensino comum e contarão com apoio do TILS educacional.

Com o reconhecimento da língua de sinais, segundo Albres (2005, p.7), inicia os processos de inclusão nas escolas garantindo a presença de intérpretes nas salas de aula de ensino comum. De acordo com a autora, “teve início a implantação do projeto elaborado pela equipe técnica do CEADA juntamente com a Agência Educacional, sob orientação da professora Shirley Vilhalva”. A partir daí o trabalho expandiu e, atualmente, os surdos têm atendimento garantido em todos os níveis da educação, pois os processos locais estenderam-se para o nacional e após o reconhecimento da Libras como língua materna das pessoas surdas percebe-se que essas pessoas estão conquistando a cada dia mais seu espaço. Todo esse processo de inserção de alunos surdos em escolas regulares teve como subsídio o Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos (PNAES), que a partir de 2000 iniciou o processo de formação de profissionais para atuar na difusão da Libras e capacitação de TILS para atuar nas escolas.

Um dos frutos deste programa foi a implantação dos CAS em vários estados brasileiros. O CAS foi idealizado, em virtude da experiência bem sucedida do CAP-DV- Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual, pelo MEC, que garantia o atendimento às pessoas cegas e às de visão subnormal nos anos de 1998 a 2000, motivando assim a implantação do mesmo modelo destinado às pessoas surdas e Deficientes Auditivas, denominando-o Centro de Capacitação de

Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS (VILHALVA, ARRUDA e ALBRES, 2014, p. 21).

A criação do CAS em Mato Grosso do Sul, entre 2002 e 2003, garantiu a formação de profissionais surdos para atuarem como instrutores de Libras, ouvintes para intérpretes e professores para o ensino de Língua Portuguesa. O atendimento à pessoa surda oferecido pelo CAS contempla não somente a educação, atualmente o setor de interpretação tem agenda para atender as demandas de atendimento em instituições ou órgãos que não contam com profissionais habilitados para o atendimento em Libras.

Atualmente, de acordo com o Portal Brasil, o Programa Viver Sem Limites, do Governo Federal, objetivando garantir acessibilidade à pessoa surda, tem sido implantado em vários estados brasileiros as Centrais de Interpretação (CIL). Em Mato Grosso do Sul, há uma unidade em Campo Grande e outra em Dourados. A CIL, como parte da política desenvolvida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), auxiliam no atendimento das pessoas surdas nos serviços públicos, médicos, jurídicos e policiais com intérprete de Libras e traslado. Com isso, é relevante destacar que para garantir a acessibilidade da pessoa surda é preciso que sua língua materna seja valorizada, pois a maior barreira que enfrenta é a da comunicação.

2.3. O poder da comunicação para a inclusão da pessoa surda

“Partilhar uma língua é partilhar uma tradição” (ALBRES, 2005).

Com o epígrafe acima se percebe a importância da língua para uma comunidade, assim acontece com as pessoas surdas. Ao conquistarem o reconhecimento da Libras por meio da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, a comunidade surda tem alcançado espaços antes explorados apenas por pessoas ouvintes. Atualmente, passaram de objetos de pesquisas para pesquisadores, de alunos para professores.

Por meio da Libras os surdos têm acesso às informações, à escolarização e assim participam ativamente da sociedade. Essas leis embasaram a criação de cursos de Libras como formação continuada, educação em nível superior e especialização *lato sensu*. Em virtude disso, eles são vistos com mais frequência nos ambientes acadêmicos. Consoante a toda conquista, podem também transmitir às pessoas ouvintes como é ser surdo e apresentar suas limitações e possibilidades. No entanto, os desafios ainda estão em vários ambientes, dentre

eles, o familiar e o social (atendimento e serviços ao público em geral). Recentemente a luta é por uma educação bilíngue que se inicie na base familiar e ecoa na sociedade a fim de que as pessoas surdas possam realmente ser incluídas.

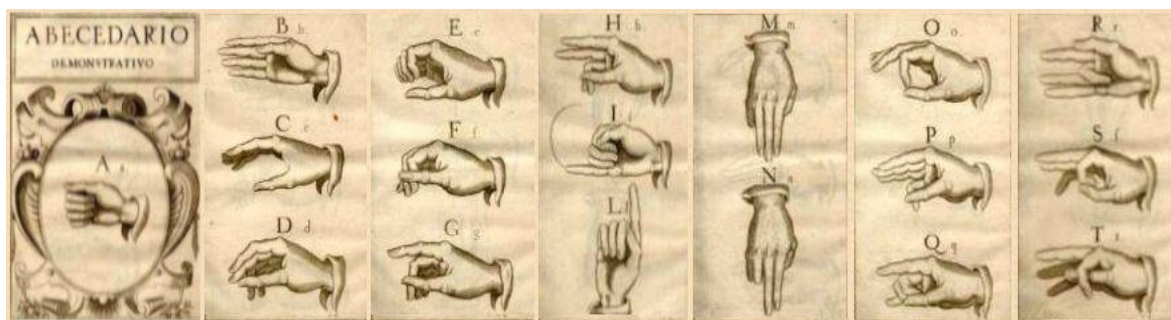
2.3.1 A língua: desafios e conquistas

A sociedade é majoritariamente ouvinte e sua cultura está imposta a todos, com isto os “diferentes” devem se adaptar aos modelos existentes. As experiências são diferentes para surdos e ouvintes, ou seja, enquanto os ouvintes aprendem e interagem com o mundo por meio de experiências oral-auditivas, as pessoas surdas fazem isso por experiências visuo-espaciais. Para compreender como se processa o universo linguístico das pessoas surdas e entender as complexidades no processo de sua inclusão é preciso resgatar a história de sua língua, como ela foi criada, como se desenvolveu e assim entender porque é defendida por muitos e garantida por lei como língua materna das pessoas surdas.

Por muito tempo considerou-se que a fala é o que difere o ser humano de qualquer outro animal, assim as pessoas surdas eram consideradas incapazes por não conseguirem falar e isso foi motivo de não inclusão para eles durante séculos. Essa condição começa a mudar quando nascem crianças surdas nas famílias de nobres e isso desperta o interesse em pesquisas, pois o objetivo era a segurança do patrimônio família. Concomitante a essas pesquisas surgem as missões religiosas que visavam a conversão dos pecadores, pois a deficiência dos filhos era entendida como castigo pelo pecado dos ancestrais.

De acordo com Schlünzen *et al* (2013, p. 50), os primeiros a se interessarem pela educação dos surdos foram Cardano, que tinha um filho surdo, e Ponce de Leon (monge beneditino e primeiro professor de surdos). O primeiro percebeu em suas pesquisas que “[...] a escrita representava ideias e pensamentos, e não somente ideias faladas.” Assim, ensinar aos surdos a escrever poderia facilitar sua aceitação pela sociedade. Já o outro se aproveitou de uma estratégia desenvolvida pelos monges beneditinos que para não quebrarem seus votos de silêncio, comunicavam-se por gestos. Graças a seu empenho em ensinar pessoas surdas a se comunicarem, Ponce de Leon conseguiu provar que essas pessoas eram produtivas e podiam raciocinar. Outro religioso e pesquisador foi o padre Juan Pablo Bonet, responsável pela primeira publicação do alfabeto manual conforme ilustração a seguir.

Figura 2: Alfabeto Manual de Juan Pablo Bonet



Fonte: http://acessa-para.blogspot.com.br/2012/02/pessoa-com-deficiencia-e-sua-relacao_14.html

Esse alfabeto sofreu alterações com o tempo e atualmente ele segue a configuração manual da língua local. Segundo Quadros e Karnopp (2004, p. 33), o alfabeto manual é utilizado pelas pessoas surdas como reforço para a comunicação, ele não é sinal é representação de uma letra. A língua de sinais não é universal, como muitos pensam, ela varia como qualquer língua viva. A figura a seguir representa a variação do alfabeto manual em quatro países.

Figura 3: Alfabeto Manual em diversos países

BRASIL					ESPANHA					FRANÇA					ESTADOS UNIDOS				
A	B	C	D	E	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E
F	G	H	I	J	F	G	H	CH	I	F	G	H	I	J	F	G	H	I	J
K	L	M	N	O	J	K	L	LL	M	K	L	M	N	O	K	L	M	N	O
P	Q	R	S	T	N	R	O	P	Q	P	Q	R	S	T	P	Q	R	S	T
U	V	X	W	Y	R	RR	S	T	U	U	V	W	X	Y	U	V	W	X	Y
Z					V	W	X	Y	Z	Z					Z				

Fonte: http://marlenando2013.blogspot.com.br/2015/09/blog-post_17.html Acesso em 30 abr 2016

Apesar dos esforços de muitos educadores de surdos em busca de uma forma visual de comunicação, a visão clínica da surdez ainda prevalecia e os avanços na medicina seguiam em busca de uma “cura” e a invenção de equipamentos que poderiam corrigir a falta de audição, assim surgem os aparelhos auditivos. De acordo com o *site* do Museu do Aparelho Auditivo,

a dificuldade de ouvir levou à invenção de aparelhos que possibilitavam a ampliação do som, assim, os primeiros aparelhos que não necessitavam de energia elétrica foram a trombeta de ouvido, tubo de conversação, aurículas e “insere no ouvido” como representado a seguir.

Figura 3: Trombetas de ouvido



Lady Brett, Carmel, 1933, Conger 736

Figura 4: Tubos de Conversação



William Foster, com sua tia Bertha Foster, que tinha dificuldade de audição, perto de Remus. Esta foto foi tirada na década de 1920.

Fonte :<http://www.museudoaparelhoauditivo.com.br/publicacoes-a-evolucao-dos-aparelhos-audiovis.php> Acesso em 30 mar 2016.

Segundo Abrahão (2016) o aparelho auditivo é “fruto da contribuição de três dos maiores inventores do final do século XIX e início do século XX.” O italiano Antonio Santi Giuseppe Meucci, que estudava a transmissão de voz pela corrente elétrica, inventou o primeiro protótipo do telefone, mas por problemas de saúde e financeiro o vendeu para o renomado inventor Alexander Graham Bell que patenteou o telefone. No entanto, a grande revolução aconteceu com Thomas Alva Edison, inventor do transmissor de carbono que aliado ao telefone de Meucci e Bell de origem aos aparelhos auditivos elétricos. Existem vários modelos de aparelhos auditivos, cuja evolução segue os preceitos da tecnologia de proporcionar bem-estar e discrição como pode ser visto na Figura 5.

Figura 5: evolução dos aparelhos auditivos.



Fonte: http://www.audiovital.pt/pdf/audioVital_historico.pdf acesso em 30 abr 2016

As pesquisas médicas que levaram à proibição do uso das línguas gestuais na educação de pessoas surdas e o avanço tecnológico em busca da cura para a surdez, foi um dos maiores desafios para que a comunidade surda pudesse desenvolver cognitivamente de acordo com suas capacidades.

O tempo em que o oralismo predominou gerou uma série de problemas em torno da língua de sinais e seus usuários. Um dos principais problemas a ser considerado é o atraso na aquisição de linguagem, sem o acesso à língua de sinais as crianças surdas demoram a compreender o universo à sua volta e a compreender conceitos. Certa vez, quando a autora desta pesquisa participava de uma reunião com famílias de crianças surdas, uma senhora, responsável pela educação da neta que é surda, disse: “Aprendi a Libras para poder educar minha neta, pois um dia eu fui repreendê-la por uma arte e ela virou o rosto para não ver o que eu falava, depois ela me disse que quando eu falasse com ela em Libras eu poderia chamar sua atenção”.

Esse tipo de comportamento entre os surdos é cada vez mais constante, pois a supremacia ouvintista os deixou em situação de quase isolamento social. As famílias não estão preparadas para receber uma criança com qualquer tipo de deficiência. No caso da deficiência auditiva deveria ser mais fácil, porém a realidade é outra. É comum pensar apenas nas limitações e não nas possibilidades. O maior desafio das pessoas surdas é a comunicação e nem todos compreendem a Libras como língua que tem estruturas sintáticas e semânticas como qualquer outra. A sociedade ainda não reconhece a Libras como língua, porém, várias pesquisas indicam os elementos que concernem a Libras garantindo-lhe o *status* de língua, como apresenta Quadros e Heberle (2006, p. 87)

As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo, e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua dos sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças.

Pesquisas em torno da estrutura linguística da Libras levou ao desenvolvimento de projetos de lei que foram aprovados pelo Governo Federal brasileiro e atualmente respaldam a acessibilidade das pessoas surdas. Isso aconteceu quando o Congresso Brasileiro aprovou a Lei nº 10.436 em 24 de abril de 2002 que está organizada em cinco artigos e dispostos da seguinte forma:

- a) O Art. 1º reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão e em seu parágrafo único o justifica esclarecendo que língua é essa, ou seja, reconhece-a como sistema linguístico de natureza visual-motora com estrutura gramatical própria.
- b) O Art. 2º dispõe que é de responsabilidade do poder público apoiar a difusão desta língua como “comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.”
- c) O Art. 3º garante que as instituições públicas e as concessionárias de serviços públicos devem garantir atendimento adequado às pessoas surdas.
- d) O Art. 4º garante que o sistema de educação devem incluir a Libras como disciplina nos cursos de formação de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério de acordo com os PCN.

Mesmo com o reconhecimento, a comunidade surda ainda enfrentou muitos obstáculos, pois a sociedade brasileira ainda não estava preparada para esse público. Outro problema era atender ao artigo 4º, uma vez que não existiam pessoas capacitadas e muito menos uma organização curricular para o ensino de Libras nas universidades.

O ensino da Libras foi efetivado em várias instituições e os surdos começaram a ganhar mais espaço e visibilidade. Após o reconhecimento da Libras o próximo passo foi sua regulamentação no Brasil, o que aconteceu por meio do Decreto de nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 e ficou estruturado da seguinte forma:

- a) Capítulo I – traz as disposições preliminares: leis regulamentadas e definição de pessoa surda.
- b) Capítulo II – a inclusão da Libras como unidade curricular.
- c) Capítulo III – a formação do professor e do instrutor de Libras.
- d) Capítulo IV – uso e difusão da Libras e Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação.
- e) Capítulo V – a formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa.
- f) Capítulo VI – a garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva.
- g) Capítulo VII – a garantia do direito à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

h) Capítulo VIII – o papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão da Libras.

i) Capítulo IX – disposições finais, que traz as responsabilidades do poder público na aplicação desta regulamentação.

No final do século XX, um dos maiores complicadores na contratação de profissionais para atuarem com as pessoas surdas era a falta de qualificação, pois em sua maioria eram familiares ou amigos de surdos que se tornaram intérpretes para atender às demandas e em muitos casos não tinham experiência suficiente para tal. Uma das estratégias foi buscar nas igrejas pessoas que tinham certa experiência com a interpretação para atuar nas escolas, porém eram poucos os capacitados. A regulamentação da lei proporcionou às instituições de ensino a criação de cursos de graduação e pós-graduação para atender as demandas de capacitação dos profissionais que atuavam nas escolas e universidades, bem como a oferta de cursos de Libras que proporciona a formação de novos profissionais.

Após a regulamentação uma das ações apoiadas pelo Governo Federal brasileiro, por meio de políticas públicas de inclusão, foi a implantação do Exame Nacional para Certificação de Proficiência no Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e para Certificação de Proficiência na Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa, o PROLIBRAS (INEP, 2016). A partir de então, a contratação dos profissionais passou a ser mais exigente, pois antes bastava ser conhecido pela comunidade surda, agora o contratante exige certificação de proficiência. Isso porque no início não tinham outra forma de comprovar sua experiência.

Uma grande conquista da comunidade surda foi a implantação do curso de educação superior Letras/Libras, por meio de ações do Governo Federal brasileiro em decorrência do Programa Viver sem Limites (Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina, que contribui na formação de profissionais para atuarem como intérpretes de Libras e/ou professores de Libras nas diversas modalidades do ensino tanto como primeira língua para os surdos quanto como segunda para os ouvintes. Em 2006, foram ofertadas turmas na modalidade Educação à Distância (EaD) em nove polos distribuídos pelo Brasil. Em 2008, a UFGD ofertou o curso em parceria com a UFSC e, em 2012, diplomou sua primeira turma. Atualmente, a UFGD oferta o curso na modalidade EaD com polo nos de Dourados e Rio Brilhante e a UFSC tem buscado parceria com outras instituições e o número de polos aumenta a cada ano (UFGD, 2016). Vale

ressaltar que em 2009 a UFSC começou a oferta do curso também na modalidade presencial (UFSC, 2012).

Uma das conquistas provenientes das políticas públicas de inclusão da pessoa surda é a inserção de professores surdos nas universidades, nas escolas e demais programas governamentais que atuam com a inclusão e difusão da Libras. Em Mato Grosso do Sul, há surdos atuando como instrutores de Libras e como professores de sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Estado de Educação e há surdos professores concursados na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. No entanto, após tanta conquista ainda existem desafios. A sociedade ainda não está preparada para receber as pessoas surdas, mas isso não é privilégio da escola ou da sociedade, em muitos casos a não inclusão das pessoas surdas acontece dentro de casa. As famílias também não sabem como lidar com seus surdos, como destacado na próxima seção.

2.3.2 A comunicação com a família

“Minha filha entrou em meu mundo quando nasceu, eu entrei no dela quando aprendi a Libras”⁵ (SAMUEL CAMARGO, 2013)

Quando um casal recebe a notícia que terá um filho a primeira coisa que perguntam ao médico é se a criança é saudável. Os exames realizados durante a gestação não identificam as deficiências auditiva e visual, elas são “invisíveis” a certos exames. Durante muito tempo a identificação de dificuldades para ouvir ou enxergar era feita tardiamente, principalmente a auditiva, pois os pais não conseguiam identificá-la e isso geralmente acontecia na fase escolar quando a criança começava a apresentar dificuldades cognitivas. Com relação à aceitação das famílias Strobel (2008, p. 49) ressalta que,

O nascimento de uma criança surda é um acontecimento alegre na existência para a maioria das famílias surdas, pois é uma ocorrência naturalmente benquista pelo povo surdo que veem esta criança um “problema social” como ocorre com as maiorias das famílias ouvintes.

Com os avanços da tecnologia foram inseridos nos exames pós-natal o teste da orelhinha, assim é possível identificar se criança tem algum tipo de perda auditiva. Esse teste é garantido pela Lei nº 13.303 de 02 de agosto de 2010 que determina “Art. 1º É obrigatória a realização gratuita do exame denominado Emissões Otoacústicas Evocadas, em todos os

hospitais e maternidades, nas crianças nascidas em suas dependências.”, assim os pais podem ser orientados corretamente quando seu filho for diagnosticado com deficiência auditiva.

Muitos profissionais que atuam na área da deficiência auditiva já aceitaram a Libras como meio de comunicação das pessoas surdas. No entanto, ainda existem profissionais resistentes ao uso da Libras e indicam às famílias apenas tratamentos que envolvam a reabilitação oral-auditiva sem ter contato com a língua de sinais. É preciso que a família seja orientada com relação ao grau da perda da audição e assim possam perceber se é caso de reabilitação ou não. Quando o profissional da saúde utiliza a língua de sinais no atendimento a pacientes surdos o resultado da reabilitação é mais positivo, pois a criança entende o que está sendo dito.

É comum ver depoimentos de pais relatando que o médico proibiu o uso de sinais porque “retarda” o desenvolvimento da fala. Quando percebe que isso é um erro a criança, já está atrasada na escola e, em muitos, casos desenvolve comportamento agressivo ou até mesmo depressivo. Porém, quando os pais buscam apoio com o uso da Libras seus filhos tendem a se desenvolver mais rapidamente.

Para que a comunicação ocorra é preciso que os interlocutores utilizem o mesmo código, a mesma língua, visto que os pais para educarem seus filhos necessitam que um entenda o outro. Comunicar é interagir com outros por meio de um mesmo código linguístico, se os pais querem que seus filhos compreendam as coisas que o mundo tem a oferecer a eles é mais fácil conseguirem isso se utilizarem a língua de sinais. É raro encontrar famílias de pessoas surdas que saibam conversar com elas, a tendência é acarretar a pessoa surda o fardo de não compreender o mundo dos ouvintes.

A família é destacada por Strobel (2008, p. 49-56) como “artefato cultural e a identificação do sujeito surdo depende da relação entre ele e os pais”. Assim, em suas pesquisas identificou os seguintes casos:

- A. Pais ouvintes com filhos surdos** – neste caso existem situações em que apenas um dos filhos é surdo, assim a maioria da família sendo ouvinte a comunicação com a pessoa surda será quase nula. Nestes casos o isolamento do filho surdo o leva a procurar em outro espaço o que a família deveria fazer, ou seja, educá-lo. Porém,

⁵ Samuel Camargo é pai de uma jovem surda e esta frase foi dita ao final de sua apresentação no 2º Encontro de Famílias Bilíngues e Amigos de Surdos do Estado de Mato Grosso do Sul em 2013.

também pode acontecer de pais ouvintes ter somente filhos surdos, neste caso os filhos se comunicam mais entre si se os pais não desenvolverem o método visual de comunicação. Mas vale destacar que em ambos os casos é possível que todos se entendam se os ouvintes da família aprenderem a Libras junto a seus familiares surdos. Vale destacar que os casos de surdos filhos de pais ouvintes é o mais comum, pode-se presumir que é cerca de 90% dos casos.

B. Pais surdos com filhos ouvintes – um caso comum atualmente, conhecidos como CODA (*Child of Deaf Adults*) desde a década de 1980, as crianças ouvintes que são filhas de pais surdos tendem a desenvolver a língua de sinais como sua primeira língua e em muitos casos o desenvolvimento da língua portuguesa dar-se-á tardiamente. Os CODA são confundidos frequentemente com pessoas surdas devido sua habilidade linguística, outro fato é que eles se tornam interpretes mesmo não desempenhando este papel profissionalmente. A tendência destes filhos em buscar formação acadêmica na área da surdez é cada vez mais frequente, pois presenciaram toda forma de discriminação e vivenciaram os obstáculos reais das pessoas surdas.

C. Casal formado por surdo e ouvinte – neste caso pode ter filhos surdos e filhos ouvintes. Quando apenas um dos pais é surdo e os filhos são todos ouvintes predomina na família a comunicação oral, em muitos casos o desenvolvimento da língua de sinais não acontece e isso isola a pessoa surda dentro de sua própria casa. No entanto, quando o lado ouvinte do casal utiliza a língua de sinais fluentemente a educação dos filhos pode ser desenvolvida de forma bilíngue, eles serão educados nas duas línguas. Mas o desenvolvimento linguístico não será o mesmo dos filhos de pais surdos.

Vivências da autora desta dissertação com familiares de pessoas surdas a fez perceber que a relação familiar é caracterizada de acordo com a aceitação da Libras. É comum a interferência de familiares ouvintes na educação dos filhos de casais surdos, ou seja, se o casal é formado por duas pessoas surdas que tiverem filhos ouvintes, os familiares ouvintes exercem um papel relevante de ensinar a língua portuguesa para as crianças. No entanto, em muitos casos essas crianças são tuteladas pelos avós ou tios e seu contato com os pais surdos por meio da Libras é quase nulo. Porém, se a família do casal de surdos for bilíngue, além do ensino de língua portuguesa eles também ensinarão a Libras, pois esta é a língua materna de seus pais.

Para Strobel (2008) a falta de conhecimento sobre a surdez leva ao preconceito mascarado, é comum o paternalismo tratando-os como “coitadinhos” e isso leva ao isolamento social, por exemplo, quando a família ouvinte não sabe Libras e tem um membro surdo, a falta de comunicação leva-o a buscar pessoas usuárias da Libras para se comunicar e assim interagir socialmente. Isso faz com que a relação familiar seja prejudicada, pois a pessoa surda não se sente incluída nem mesmo em sua família. Esse paternalismo faz com que a pessoa surda fique totalmente dependente de um ouvinte para resolver seus problemas. Uma crença comum neste tipo de relação familiar é de que os filhos, por serem surdos, são incapazes de interagir socialmente, até mesmo de aprender.

Um bom exemplo do exposto por Strobel (2008) foi vivenciado pela autora desta pesquisa em vários momentos durante sua colaboração como intérprete nas relações familiares dos surdos. Em um dos casos, a autora desta dissertação, ao visitar uma jovem mãe surda recém chegada da maternidade, única surda em meio a vários ouvintes não usuários da Libras na família, em conversa com a mãe desta jovem ficou o desabafo que “tenho medo de deixá-la sozinha com a criança e ela não saber como cuidar do bebê”. Esta jovem já tem uma filha que foi criada com a avó e após o afastamento do convívio com os parentes ouvintes e ficar somente com a mãe surda, essa criança desenvolveu rapidamente a Libras, mas mesmo vendo que a filha tem capacidade, o medo assola os pensamentos da mãe que não tem conhecimento das potencialidades das pessoas surdas.

Convém destacar que a presença de casais surdos morando sozinhos acontece cada vez mais e a educação de seus filhos (ouvintes ou surdos) é garantida, e sua relação familiar tem sido cada vez mais saudável. Está mais frequente a procura por curso de Libras por parte de familiares que por muito tempo desacreditavam a língua materna dos surdos. Percebe-se, então, que cada dia mais as pessoas surdas lutam por seus direitos em conquistar seu lugar no espaço, mas ainda existem barreiras que precisam ser quebradas. Além da comunicação familiar os surdos enfrentam várias dificuldades relacionadas ao convívio social que serão apresentadas a seguir.

2.3.3 A comunicação com a sociedade

“Se você falar com um homem numa linguagem que ele compreende, isso entra na cabeça dele. Se você falar com ele em sua própria linguagem, você atinge seu coração” Nelson Mandela (1918 – 2013)

A maioria das crianças surdas nasce em famílias ouvintes, com isso existe uma relação de dependência entre o surdo e a família, a fim de que possam ser atendidos em determinados espaços sociais. É comum a pessoa surda ser um agente passivo em uma situação na qual ela é o alvo. A Libras é o que identifica o sujeito surdo e garante-lhe a interação social. Ela é a base de sua formação social, cultural e educacional. Por meio da Libras os surdos apreendem o mundo, o que muitas vezes acontece na convivência com outros surdos.

Ao procurar um serviço, a pessoa surda deseja ser atendida e entendida, para que isso aconteça deve ser-lhe garantido o atendimento por meio de sua língua materna. O direito à acessibilidade é garantido pela Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que em seu artigo 3º estabelece:

Art. 3º [...] I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, 2015)

Destaque aos termos autonomia, informação e comunicação que dizem respeito aos surdos, pois é possível identificar barreiras nas comunicações. Essa lei define que a forma de comunicação das pessoas surdas deve ser feita por meio da Libras. Como qualquer cidadão que busca atendimento, a pessoa surda deseja ser entendida e entender o que está acontecendo. Se for a uma consulta médica, por exemplo, quer saber o que tem, se seu caso é grave e como tratar. Na maioria dos casos um familiar acompanha a pessoa surda na consulta e o atendimento acontece sem a participação do verdadeiro paciente. Em várias situações os surdos são secundários no processo de comunicação quando deveriam ser os interlocutores principais.

De acordo com Santos, Grillo e Maciel (2016, p. 37) há um “processo de invisibilidade, ou visibilidade precária, das pessoas com surdez. O sujeito existe, todo o mundo sabe que ele está ali, mas seus direitos são minimizados juntamente com a sua cultura e identidade”. Essa invisibilidade apontada pelos autores acontece por conta das barreiras comunicacionais, uma vez quebradas a aparição dos sujeitos se concretiza. A exemplo disso, se um surdo desejasse conversar por telefone com uma pessoa que não soubesse Libras, haveria a necessidade de alguém fluente nessa língua para intermediar a comunicação, o que tornava o sujeito surdo refém da situação.

Atualmente, isso é feito por meio de recursos tecnológicos como a vídeo chamada ou aplicativos de bate papo virtuais, o que possibilita autonomia à pessoa surda de se comunicar diretamente com outras pessoas surdas ou ouvintes usuárias da Libras. Conforme discutido por Santos, Grillo e Maciel (2016, p. 41) no capítulo 4, a relação entre inclusão e desenvolvimento local resulta na formação da identidade de uma comunidade que se constitui como “local de aconchego em que se tem o sentimento de pertença”. Logo, a autonomia permitida pelos recursos tecnológicos resulta em desenvolvimento local uma vez que representa a inclusão da pessoa surda.

As tentativas de redução das barreiras culminaram no desenvolvimento de aparelhos e tecnologias que não foram pensadas exclusivamente para as pessoas surdas, mas que acabaram por atender a esse público de maneira eficaz. Com exceção do telefone para surdos (*Telephone Device for Deaf* – TDD) que foi uma importação de tecnologia utilizada nos Estados Unidos e desenvolvida especificamente para os surdos como pode ser visto na figura seis.

Figura 6: TDD – Telephone Device for Deaf ou telefone para surdos

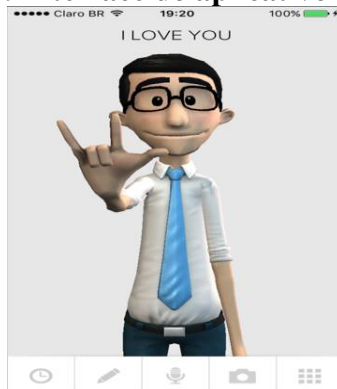


Fonte: <http://jornalclarimaraxa.blogspot.com.br/>

O TDD, aparelho que realiza chamadas por meio de mensagens de textos, foi implantado pela Brasil Telecom no início do século XXI, que tem uma central de comunicação onde o usuário solicita a intermediação. Não foi muito popularizado pelos surdos, pois a conexão é demorada e nem todos os telefones públicos têm o equipamento. Atualmente várias empresas como agências bancárias, escolas, aeroportos, entre outros, disponibilizam esse aparelho para que os usuários possam ser atendidos pelas centrais de atendimento ao cliente. Uma barreira no uso deste aparelho é a linguística, já que nem todos os surdos conseguem compreender a Língua Portuguesa escrita.

Outros elementos de destaque foram as salas virtuais de bate papo como: MSN, redes sociais (*Orkut, Facebook, Twiter* etc), *Skype*, entre outros, que possibilitam vídeo conferência e assim é dispensada a figura do intermediador. Os aparelhos que têm maior destaque são os *smartphones* e os *iphones*, sua popularização garante que os surdos possam realizar chamadas de vídeo e conversar diretamente com outras pessoas por meio de sua língua materna. Outro destaque destes equipamentos é a possibilidade de desenvolvimento linguísticos dos surdos por meio da prática da escrita no envio e recebimento de mensagens de texto. Outro aspecto que tem colaborado com a comunicação são os vários aplicativos desenvolvidos para os sistemas operacionais *android* e *ios* que disponibilizam o acesso a sinais, é um dicionário virtual. Tem destaque neste trabalho os aplicativos *Hand Talk* e *Pro Deaf*, em que o usuário pode baixar gratuitamente e basta ter acesso a *Internet* para visualizar os sinais pesquisados. Esses aplicativos têm sido utilizados tanto para aprender a Libras quanto para se comunicar diretamente com pessoas surdas. A seguir duas ilustrações destes aplicativos.

Figura n. 7: Interface do aplicativo *Hand Talk*⁶



Fonte: Grillo, 2016.

Figura n. 8: Interface dos aplicativos *ProDeaf*⁷



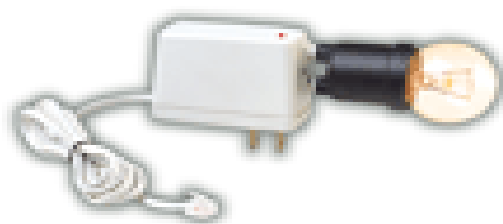
Fonte: Grillo, 2016.

⁶ Print de tela do aplicativo instalado no aparelho celular da pesquisadora.

⁷ Print de tela do aplicativo instalado no aparelho celular da pesquisadora.

Os avanços tecnológicos têm garantido às pessoas surdas certa independência para se comunicar com outras pessoas e os aplicativos de bate papo e vídeo chamada proporcionam a eles o acesso direto às pessoas com quem desejam conversar sem necessitar de intermediadores. A tecnologia não garante independência aos surdos apenas na comunicação, Pereira *et al* (2011, p. 51-52) indica outros recursos tecnológicos criados para atender especificidades das pessoas surdas, tais como: campainhas luminosas, babás eletrônicas luminosas, relógio de pulso vibratório, despertador vibratório, telefones para surdos e muitos outros recursos equipamentos com adaptações visuais.

Figura n. 9: Campainha luminosa



Fonte: http://intrajuazeiro.blogspot.com.br/2009_04_01_archive.html

Campainha luminosa – uma adaptação feita na tradicional campainha sonora residencial onde ao invés do som ao tocar a campainha a lâmpada é acionada. Este recurso visual também é utilizado por escolas especiais para surdos. Como é visual é preciso que todos os ambientes tenham conexão da campainha luminosa. Existem versões industrializadas, porém os valores nem sempre são acessíveis e com isso as adaptações quase sempre são feitas por profissionais eletricitistas ou até mesmo por pessoas surdas que conhecem o sistema. As campainhas luminosas são utilizadas também em babás eletrônicas, isso garante que a mãe surda possa saber quando seu bebê está chorando. No início eram feitas adaptações, atualmente os equipamentos já contam com dispositivos de vibração, iluminação e *webcam*, assim os pais surdos podem acompanhar seus bebês mesmo estando em outros cômodos.

Despertador vibratório – assim como relógio de pulso o despertador com dispositivo de vibração auxilia a pessoa surda a despertar conforme o programado.

Figura 10: despertador vibratório



Fonte: <http://assistiva.mct.gov.br/catalogo/despertador-vibratorio>

Mesmo com vários equipamentos que já estão adaptados com vibração ou iluminação e que garantem aos surdos a acessibilidade, atualmente, os aparelhos de telefonia móvel têm maior adesão, pois além dos sistemas de comunicação por vídeo, eles são acessíveis por meio de seus aplicativos que vibram e até mesmo iluminam. Porém, mesmo com tantos recursos tecnológicos ainda existe a necessidade da interação humana que é garantida pelo intérprete de Libras, mesmo que isso aconteça por meio de recursos tecnológicos de áudio e vídeo.

A presença do TILS é garantida pelas políticas públicas de acessibilidade e educação especial, no entanto, este profissional é pouco conhecido. O próximo capítulo apresenta quem é esse profissional, possibilitando entender sua atuação na inclusão da pessoa surda.

3 OS INTÉRPRETES DE LIBRAS E A INCLUSÃO DA PESSOA SURDA

Como visto no capítulo anterior, por muito tempo a comunicação com os surdos era realizada por meio de gestos “caseiros” desenvolvidos (por eles) para interação familiar. Muitos desses familiares foram envolvidos no processo de inclusão por suas experiências com a comunidade surda e outros profissionais surgiram de ações missionárias nas igrejas. Sempre que necessário os surdos solicitam apoio de pessoas que saibam Libras para interpretar em diversos locais: igrejas, reuniões, agências bancárias, escolas, consultas médicas etc., contando com o voluntariado para este atendimento.

Consoante ao progresso dos movimentos de surdos surge o profissional que atuará diretamente com a pessoa surda e com papel relevante para o processo de sua inclusão: a profissão Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), regulamentada pela Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010. A referida lei indica em seu artigo 2º que o TILS deve ter a competência de realizar a tradução simultânea entre as línguas alvo (Libras/Língua Portuguesa), ter fluência em ambas. Este profissional pode ser visto em vários ambientes: na escola, na igreja, em eventos sociais e acadêmicos, televisão.

Com intuito de defender os direitos e deveres dos TILS, esses profissionais se organizaram enquanto classe trabalhadora e com isso, fundaram as associações de TILS e a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias-intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils). Quando se vê um TILS atuando é comum se encantar com a apresentação dos sinais, mas não se sabe que esse trabalho demanda conduta ética, responsabilidade, muito estudo e preparo para as adequações linguísticas. O tempo de formação de um TILS depende muito das habilidades e competência da pessoa, mas o que colabora no aperfeiçoamento é a convivência com a comunidade surda. Atualmente a presença do TILS está em vários locais como igrejas, shows e escolas, para demais setores da sociedade o atendimento é feito por meio das Centrais de Intérpretes (CIL), mas o destaque deve ser dado à educação, que foi a responsável pelo início do processo de inclusão das pessoas surdas.

3.1 Conceito e áreas de atuação do Tradutor e Intérprete de Libras

A palavra intérprete é associada ao deus grego Hermes, mensageiro dos deuses, interprete e mensageiro ou ainda um mediador, capaz de captar e filtrar a mensagem a fim de

expressar sentido verdadeiro “[...] Seu trabalho é traduzir uma linguagem estranha para uma linguagem familiar. No sentido etimológico intérprete vem do latim clássico *interpretari* que significa ‘aclerar’, ‘explicar o sentido de’, traduzir de uma língua estranha para uma familiar” (CNBB, 2006, p.50-1). Essa definição fica bem clara a todos quando se fala de intérpretes, no entanto, sua atuação como mediador da comunicação entre pessoas surdas usuárias da Libras e ouvintes não usuários da Libras é vista, mas pouco conhecida.

De acordo com Quadros (2004, p.27), o intérprete “É o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. ”. A autora ainda salienta que este profissional deve, além de proficiência em Libras, ter formação específica na área de atuação e que seu papel na interpretação deve seguir os preceitos éticos de confiabilidade, imparcialidade, discrição, distância profissional e fidelidade.

Por muito tempo a atuação do TILS foi realizada de forma voluntária, mas o movimento surdo garantiu o reconhecimento da profissão por meio da Lei nº 12.319 de 01 de setembro de 2010 e sua presença nos diversos seguimentos da sociedade, tais como: educação, religião, saúde, eventos (palestras, *shows* etc), televisão, política e justiça; é garantido aos surdos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, sancionado em 2015, e demais leis específicas sobre a pessoa surda.

Com o objetivo de garantir o atendimento de qualidade às pessoas surdas, em 2013, a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) entregou 37 Centrais de Interpretação (CIL) para 24 estados brasileiros e Distrito Federal. Cada CIL recebeu equipamentos, mobiliários, veículo, tudo que é necessário para o atendimento às pessoas surdas, tanto por meio de ambiente virtual quanto presencial. Em 2014, foram entregues mais 18 centrais sendo 1 em Campo Grande (MS) e, em 2015, mais uma em Dourados (MS). A CIL garante aos surdos o acesso a serviços públicos, para ser atendido a pessoa surda deve procurar a central e agendar o acompanhamento. Todos os profissionais que atuam na CIL devem ser proficientes em Libras.

A função do TILS é mediar a comunicação entre surdos e ouvintes, nas escolas essa mediação se dá entre os alunos surdos e demais membros da comunidade escolar. O intérprete deve ser neutro nesta mediação e só pode interferir se for solicitado pela pessoa surda e jamais tutelar os alunos surdos (DAMÁZIO, 2007, p. 50).

As diretrizes do MEC e as orientações de secretarias de educação estão imbuídas de uma concepção predominante de que tradução/interpretação Libras/Português reduz-se a mera transmissão de conteúdos, descomprometendo o intérprete do processo de aprendizagem do aluno

surdo, considerando que ele apenas intermedia as relações (ALBRES, 2015, p. 16)

Albres (2015) ainda afirma que a carência dos atendimentos especializados faz com que o TILS absorva outras funções além de interpretar as aulas. Assim, fica difícil manter a neutralidade e entendê-lo como mediador, pois em muitos casos as secretarias de educação não garantem o atendimento educacional especializado com professores bilíngues, reforço escolar, ensino de Libras como primeira língua e isso faz “o intérprete atuar em diferentes frentes”.

Refletir sobre a formação adequada para que o TILS possa atuar em diversos espaços em que a pessoa surda está inserida tem sido alvo de várias pesquisas acadêmicas, que se baseiam no Decreto nº 5.626/2005, principalmente em seu capítulo V, que versa sobre a formação do TILS, “Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa. ” E sua formação a nível médio se dará por meio de cursos técnicos, extensão universitária ou de formação continuada oferecida por instituições credenciadas por secretarias de educação ou instituições de ensino superior (BRASIL, 2005).

As políticas de inclusão garantem a presença do TILS como garantia de acessibilidade às pessoas surdas e a regulamentação da profissão, conforme mencionado anteriormente ocorreu por meio da Lei nº 12.319 de 01 de setembro de 2010. Essa lei é composta por dez artigos sendo que três deles foram vetados. O artigo 2º define o tradutor e intérprete como pessoa com “competência em realizar a interpretação entre duas línguas de maneira simultânea”; o artigo 4º trata da formação do TILS em nível médio e as formas de realização, ou seja, cursos de educação profissional, extensão universitária ou de formação continuada e que todos devem ser oferecidos por instituições credenciadas ou pelas Secretarias de Educação; o artigo 5º provê a aplicação de exame de proficiência até o dia 22 de dezembro de 2015 a “ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento desta função”. Não existe indicação de aplicação após esta data e de quem será a responsabilidade por esta certificação; o artigo 6º indica as atribuições do TILS no exercício de suas competências sendo elas:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

- II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
- III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;
- IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e
- V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais (BRASIL, 2010).

O artigo 7º estabelece o exercício da profissão, primando pelos valores éticos e respeitando a “pessoa humana e a cultura surda, em especial”:

- I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;
- II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;
- III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;
- IV - pela postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;
- V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;
- VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda. (BRASIL, 2010)

Essa lei, somada ao Decreto n. 5.626/2005 e demais políticas de inclusão, garante atualmente a presença do TILS para o atendimento às pessoas surdas em todos os espaços em que estas pessoas estiverem participando. As associações de TILS, presentes em quase todos os Estados brasileiros e, desde 2008, a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) que “tem a função de orientar, apoiar e consolidar as Associações de Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais (APILS), tem buscado realizar um trabalho de parceria em defesa dos interesses da categoria de tradutores, intérpretes e guia-intérpretes de língua de sinais (TILS)” e tem como pilares a formação continuada, a profissionalização em acordo com a conduta ética e o engajamento político para construir uma consciência coletiva (FEBRAPILS, 2016).

O TILS é o canal de comunicação entre a pessoa surda e as pessoas ouvintes não usuárias da Língua de Sinais seus serviços são garantidos por lei. No entanto, o ambiente em que o TILS tem maior representatividade é o educacional, em todos os níveis, que será apresentado no próximo item.

3.2 O Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais Educacional

Desde 1979, no México, foi proposto o Projeto Principal de Educação que foi aprovado pela UNESCO em 1981 objetivando atender “as carências e as necessidades educacionais de inúmeros alunos privados do direito de acesso, ingresso e permanência, com sucesso, na escola básica”. Em 1990, o projeto foi retomado na Tailândia durante a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos-Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem quando foi aprovada a Declaração Mundial de Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem” (CARVALHO, 2004, p. 4-5).

A Declaração de Salamanca, em 1994, propõe a Educação para Todos em que as pessoas com deficiência possam ser atendidas em quaisquer escolas e que toda instituição de ensino deve se adequar às necessidades educacionais especiais, ofertando um espaço de ensino e aprendizagem mais prazeroso e acessível a todos (CARVALHO, 2004). No tocante à pessoa surda a Declaração de Salamanca orienta que:

A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso a educação em sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares (BRASIL, 1994).

A partir da Declaração de Salamanca as escolas começaram a abrir as portas para atender alunos com necessidades educacionais especiais, no entanto, o processo de inclusão teve como principal entrave a falta de preparo dos profissionais, principalmente de professores capacitados, para atender adequadamente as pessoas com deficiência. No caso dos alunos surdos o desafio era linguístico, pois a língua de sinais ainda não era conhecida pela sociedade. Assim, os primeiros passos dados em direção à inclusão de alunos surdos começam isoladamente e de acordo com as lideranças locais que buscavam a melhoria na educação e difusão da Libras.

Em Mato Grosso do Sul, esse processo foi iniciado por um projeto da equipe técnica do CEADA, orientados pela professora Shirley Vilhalva, visando à inclusão de intérpretes em salas de ensino comum (ALBRES, 2005, p. 7), pois, os alunos surdos concluíam o ensino básico e não conseguiam continuar seus estudos por não conseguirem acompanhar as aulas em salas com professores ouvintes. Assim, de acordo com Albres (2005), a primeira intérprete

contratada pelo CEADA para atender em escola do ensino comum foi a professora Rosilene Trindade Prates Pavelecini, em 1995.

Albres (2015, p. 14) afirma que “Para atender à política de educação inclusiva, o intérprete educacional é o profissional que trabalhará na mediação da comunicação entre o aluno surdo e o contexto educativo”. As diversas políticas inclusivas têm garantido o atendimento das pessoas com surdez em todos os níveis de ensino e isso tem levado a outra discussão a respeito do TILS educacional, sua formação.

A legislação específica indica que a formação do TILS se dá apenas em aspecto linguístico voltado ao desempenho da função no ato comunicativo. Mas vale ressaltar que o trabalho do TILS na educação é mais complexo e vai além do domínio linguístico, é preciso que esse profissional tenha conhecimentos voltados à prática pedagógica, conheça o nível linguístico dos alunos, compreenda os diversos conteúdos das diversas disciplinas para que possa transformá-los em sinais e principalmente garantir que o aluno surdo o compreenda.

[...] o trabalho do intérprete não pode ser visto, apenas, como um trabalho linguístico. É necessário que se considere a esfera cultural e social na qual o discurso está sendo enunciado, sendo, portanto, fundamental, mais do que conhecer a gramática da língua, conhecer o funcionamento da mesma, dos diferentes usos da linguagem nas diferentes esferas de atividade humana. Interpretar envolve conhecimento de mundo, que mobilizado pela cadeia enunciativa, contribui para a compreensão do que foi dito e em como dizer na língua alvo; saber perceber os sentidos (múltiplos) expressos nos discursos (LACERDA, 2009, p. 21).

O intérprete educacional não fica apenas na linha de mediação linguística ele ultrapassa essa barreira e isso tem causado várias discussões em busca da formação ideal para este profissional. Albres (2015, p. 62) trata da importância de desenvolver pesquisas para a compreensão das ações do TILS em sala de aula e ressalta que

O intérprete educacional trabalha ativamente no processo de ensino-aprendizagem, não só interpretando conteúdos, mas também se envolvendo nos modos de tornar tais conteúdos acessíveis para o aluno a partir de conversas e trocas de informações (LACERDA, 2009). Isto não é o mesmo que ser professor, isto não significa que ele ensine o conteúdo aos alunos surdos separadamente.

Na tentativa de diminuir as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação, vários eventos acadêmicos são realizados pelas universidades brasileiras que em parceria com as instituições especializadas como Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e Federação Brasileira das

Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS), que a fim de garantir a difusão da Libras e a formação adequada aos profissionais envolvidos na inclusão educacional das pessoas surdas.

A presença do intérprete nas escolas e universidades tem garantido a aparição de pesquisadores surdos que estão cada vez mais visíveis nos eventos científicos como palestrantes e não apenas como espectadores. Assim, percebe-se que todo o processo de inclusão voltado à educação tem garantido aos surdos o direito de participar ativamente nas diversas esferas sociais, o que remete à discussão de Ávila (2001, p. 68) a respeito do desenvolvimento local. Segundo o autor, o conceito de desenvolvimento local envolve o “rompimento das amarras que prendam as pessoas em seus *status quo* de vida”, nessa perspectiva, a atuação do TILS permite ao surdo desenvolver capacidades e competências em variados contextos.

Em Mato Grosso do Sul, a presença do TILS nas salas de aulas tem garantido que o surdo possa dar continuidade aos estudos, pois ao concluírem a educação básica eles podem escolher o curso universitário que desejam e a legislação garante que um intérprete seja contratado para atender alunos com surdez. Porém, quando se trata de instituições particulares, em muitos casos é necessário acionar o Ministério Público para que o atendimento seja garantido, pois a forma como deve ser realizado o contrato e o valor de remuneração ainda é discutido, mas até o momento o surdo está matriculado em escolas públicas e universidades particulares estão com intérpretes em sala para atendê-los.

A relevância do TILS na vida da pessoa surda é percebida a cada profissional surdo capacitado que entra no mercado de trabalho e, principalmente, a cada acadêmico surdo que ingressa em cursos universitários e programas de especialização *lato sensu* e *stricto sensu*. Ao se perceber uma pessoa surda no mercado de trabalho, seja como professor de Libras ou em qualquer outra área de atuação, é possível perceber também a atuação do TILS, pois por ele o surdo tem acesso a conceitos que lhes possibilitam a formação enquanto sujeito ativo em uma sociedade em que a deficiência é muitas vezes maior que as possibilidades.

Pensar a inclusão do ponto de vista teórico foi um desafio e na tentativa de responder a indagação de como a pessoa surda percebe sua inclusão, ou seja, na prática como é, o próximo item traz as respostas de quatro entrevistados sobre o processo de inclusão para você.

3.3 O processo de inclusão sob a ótica da pessoa surda

Os tópicos anteriores abordaram aspectos teóricos relacionados à inclusão da pessoa surda e sua relação com o desenvolvimento local. Nesta seção, serão apresentados e discutidos depoimentos coletados durante o desenvolvimento desta pesquisa a fim de ilustrar diferentes formas pelas quais pode ocorrer o processo de inclusão. Para tanto, foram entrevistados quatro surdos que relataram diferentes experiências sociais e desafios relacionados à inclusão. Por ser a Libras uma língua visual, as respostas foram filmadas e transcritas. Os entrevistados responderam às seguintes perguntas: “Como foi o processo de inclusão para você?”; “Qual a importância da inclusão da pessoa surda para o lugar onde você vive?”. Os entrevistados têm surdez profunda e são usuários da Libras, são eles⁸:

- **Carlos Magno Leonel Terrazas**, professor de Libras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) e **Elaine Aparecida de Oliveira**, professora de Libras na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), ambos do quadro efetivo e graduados em Letras Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Carlos e Elaine são casados e têm três filhas ouvintes, ele tem um irmão surdo e os pais são ouvintes, ela tem um irmão ouvinte e os pais são surdos.
- **Adriano de Oliveira Gianotto**, professor de Libras da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande (MS), pedagogo, mestre em Desenvolvimento Local, filho de pais ouvintes, tem um irmão ouvinte, sua esposa é surda e ele tem três filhas ouvintes.
- **Ricardo José de Aquino**, vendedor autônomo, casado com uma ouvinte, tem três filhos ouvintes, é filho de pais surdos e tem duas irmãs surdas.

A pessoa surda é, na visão derivada de Raffestin, a construtora de seu território, construindo “redes⁹” sendo agentes de sua inclusão buscando visibilidade social (SANTOS, GRILLO, MACIEL, 2016, p. 40-41). Percebe-se isso no discurso dos entrevistados, pois suas vidas são marcadas por agentes sintagmáticos como por exemplo os TILS, os professores, os agentes de pastorais e os surdos anciãos. Ricardo José de Aquino respondeu que:

⁸ Os entrevistados autorizaram nos vídeos suas identificações.

⁹ Raffestin utiliza a construção de redes para exemplificar as representações sociais no território, na qual cada elo seria um agente sintagmático.

[...] meus pais são surdos, minha família toda é de surdos, minha vida foi 100% Libras. Meu pai e meu tio, também surdo, estudaram no INES e colaboraram com a inclusão dos surdos no Estado. Meus avós paternos tiveram dez filhos, dois surdos, na época não existia Libras como tem hoje e a comunicação com a família era por meio de sinais caseiros. Por questões culturais a família de meu avô realizava casamento entre parentes consanguíneos e isso acarretou no nascimento de muitos surdos na família. Meu pai foi quem quebrou a tradição, pois decidiu se casar com uma pessoa por ter gostado dela e não por vontade da família. Assim ele se casou com minha mãe, que é surda por conta de uma doença que a família não sabe bem explicar, pois na época não tinha como diagnosticar a surdez em crianças. Com o nascimento dos netos minha avó tinha um método bem peculiar de saber se a criança era surda ou não: ela batia com as tampas das panelas, se a criança se mexesse era ouvinte. Não sabemos se isso dava certo, mas ela acertou comigo e minhas irmãs. Minhas tias e tios ajudavam muito meus pais, com o passar do tempo meus primos também nos ajudavam como intérpretes quando precisávamos. Tenho duas primas que são professoras e intérpretes bem-sucedidas e ajudam muito com as pesquisas sobre os surdos e sobre a Libras. No meu caso a inclusão na família foi tranquila, mas quando precisávamos de ajuda em outras coisas era mais difícil porque tinha sempre que contar com ajuda dos primos ou dos tios e nem sempre conseguíamos entender bem o que eles sinalizavam. Na escola, mesmo sendo uma escola para surdos, eu não me sentia bem porque era obrigado a falar e eu não conseguia e com isso muitas vezes eu me escondia da minha mãe ou subia no pé de manga que tinha na escola, tudo isso para fugir das aulas que para mim eram torturantes. Quando adolescente eu abandonei a escola e comecei a viajar com um amigo de meu pai para vender chaveiros, aprendi com ele muita coisa, me tornei independente, mas não estudei. Quando conheci minha esposa eu achava que não daríamos certo, pois a família dela toda de ouvintes e ninguém sabia conversar comigo. Ela aprendeu Libras, se tornou intérprete e hoje está concluindo o mestrado. Quando nossos filhos nasceram as pessoas logo perguntavam se eram “normais”, é como se a criança tivesse nascido sem as orelhas ou coisa parecida. A verdade é que fiquei feliz por serem ouvintes e saber que não sofreriam como os surdos para entender as coisas. Nosso relacionamento no início era mais complicado, quando crianças eles não se comunicavam bem comigo, talvez pela mãe ser ouvinte eles sempre procuravam mais ela e eu me sentia deixado de lado. Outra dificuldade é que eles ficavam conversando e eu não entendia nada e acabava ficando nervoso com isso. Mas hoje nossa relação é mais tranquila e eles conversam mais comigo, sou mais amigo deles e isso me deixa feliz.

A partir do relato acima, pode-se inferir que a relação da pessoa surda com a família nem sempre é amigável, é comum casos de depressão entre os surdos devido à sua frustração na convivência familiar. A superproteção também é um fator que prejudica sua autonomia. No discurso de Ricardo é possível perceber que a relação familiar, quando todos são surdos, possibilita o desenvolvimento interpessoal do sujeito, porém, ainda sofrem quando precisam se relacionar com pessoas que não saibam a Libras. A falta de conhecimento com relação às capacidades da pessoa surda e sobre o que é surdez também pode acarretar desconfortos e em muitos casos desentendimentos entre eles e as pessoas ouvintes.

Ao considerar a surdez e os surdos não apenas pela ausência da audição, mas pela representação da presença de outro modo de ser, bem como de se expressar e compreender o mundo, podemos perceber uma comunidade que expressa a espacialidade e visualidade por meio da Língua de Sinais. (ALBRES, 2010, p. 46)

O percurso em que a Língua de sinais ficou proibida marcou a vida dos entrevistados, para Ricardo o fato de não conseguir ser comunicar com os professores levou-o a não confiar neles, essa resistência o afastou da escola. Outro fato relevante é que por ser de uma família de surdos o contato com a língua portuguesa escrita é quase nulo, por isso tem dificuldade em ler e escrever, o que acarreta certa dependência em ter sempre um intérprete para intermediar conversas com pessoas que não sabem a Língua de Sinais.

A convivência com pessoas surdas de uma mesma família é uma experiência gratificante e ao mesmo tempo frustrante, pois a forma de se comunicar dos mais jovens são bem diferentes dos mais velhos. A mãe do Ricardo, por exemplo, morava em uma chácara, isolada do convívio social, não frequentou escolas e não interagiu com outros surdos até sua juventude quando conheceu seu esposo, por esse motivo sua forma de se comunicar é bem peculiar, seus sinais são caseiros e de difícil compreensão.

Com relação à inclusão no caso do entrevistado percebe-se que a família teve um papel importante na vida dele, pois os primos aprenderam Libras naturalmente, uns se destacaram mais e acabaram se tornando excelentes profissionais voltados à inclusão das pessoas surdas. Fica evidente que para essa família o processo foi mais natural, mesmo tendo momentos de dificuldades eles sempre puderam contar com apoio da família para ter acesso a informações relevantes para a convivência social.

Nos sinais da Elaine é possível identificar a relação familiar mais autônoma, pois ela também é filha de surdos e sempre conviveu com pessoas usuárias da Libras, mas quando se trata de relacionamento social o discurso muda. Elaine Aparecida de Oliveira contou que:

[...] a comunicação com minha família sempre foi mais autônoma, pois sempre conversamos em Libras e isso facilitou muito, aprendia os sinais aos poucos e quando eu não sabia o sinal eu apontava e minha mãe me ensinava o sinal e assim, sempre observando os surdos se comunicar e por experiências visuais eu me relacionava bem com minha família. Mas quando eu estava fora deste convívio não era fácil, pois além de não entender eu pensava no que as pessoas pensariam se eu pedisse ajuda, ficariam me olhando. No ambiente social, convivendo com pessoas ouvintes fui aprendendo algumas palavras e ensinado sinais. Não é rápido que se aprende uma língua, aos poucos fui processando as informações e construindo o saber. Nem todas as pessoas com quem convivi aceitaram aprender a Libras, a comunicação se dava por meio de mímicas ou gestos aleatórios. Eu sempre

incentivei as pessoas à minha volta a aprender a Libras, ensinei o que sabia, mas não tive o mesmo retorno, muitas vezes senti minha língua ser desrespeitada. Sim, nós surdos enfrentamos muitas barreiras, nós queremos conversar com as pessoas ouvintes, queremos ser atendidos quando procuramos um serviço. E, com certeza os surdos não estão incluídos ainda, pois a comunidade ouvinte ainda não aceita a cultura e identidade surda. Perguntei uma vez para minha mãe como ela fazia para ir comprar as coisas no mercado, ela disse que pedia ao meu irmão ouvinte, então, eu não tenho essa autonomia fico angustiada porque gostaria de ter a mesma liberdade de ir aos lugares e ser atendida e entendida pelas pessoas, mas só enfrento barreiras.

No discurso da entrevistada fica evidente que a pessoa surda ainda não se sente incluída, Elaine destaca que as pessoas com deficiência física, por exemplo, têm rampas de acesso, adaptações prediais para que possam ser atendidos, mas as pessoas surdas precisam de adaptações humanas, ou seja, de hospitais, delegacias, repartições públicas, farmácias, qualquer local que precisem de atendimento é preciso ter um profissional TILS para realizar o atendimento das pessoas surdas. Elaine esclarece ainda que

[...] atualmente os surdos têm duas saídas: ou aguardar agenda com os profissionais da Central de Interpretação (CIL) (que acontece apenas em horário comercial) ou depender da boa vontade de um familiar ou de um amigo para acompanhar os surdos. “Se uma pessoa surda precisa de um atendimento emergencial, um posto de saúde 24 horas, por exemplo, onde ele vai conseguir alguém para atendê-lo? Não tem como!”

A problemática da CIL é que nas emergências não têm como esperar e o profissional não pode atender fora de seu horário, além de serem poucos, na visão dela o mais adequado é ter o profissional fixo nos locais, que o Decreto n. 5.626/2005 fosse respeitado e que as empresas e repartições públicas contratassem os profissionais capacitados para atender as pessoas surdas, pois quando isso acontecer os surdos terão sido incluídos realmente. Para Elaine

[...] os surdos estarão confortáveis com a inclusão quando as escolas forem bilíngues, quando precisar de atendimento o local fornecer isso por meio de um profissional fluente em Libras, quando a acessibilidade lhes for garantida. Enquanto isso não acontece os surdos continuam lutando e registrando suas queixas junto ao Ministério Público em busca de respeito às políticas públicas que lhes garantem o atendimento especializado.

As angústias apresentadas pela entrevistada são constantes na comunidade surda, as dificuldades em compreender a Língua Portuguesa escrita e a falta de conhecimento das pessoas em relação à pessoa surda tem sido cada vez mais frequente, assim como a procura por cursos de Libras que tem aumentado cada vez mais.

A visão de Carlos sobre a inclusão é bem próxima da visão de Elaine. Eles passaram boa parte de suas vidas juntos, pois conviviam na escola e quando adolescentes começaram a namorar e estão juntos até hoje. A principal diferença entre eles é que a família dele é predominantemente ouvinte, sendo apenas ele e o irmão surdos. Carlos relatou que:

[...] quando eu tinha cinco anos eu não usava Libras, eram sinais caseiros, apontamentos criados pela família para nos comunicarmos, mas quando fui para o CEADA na época era proibido usar Libras e com isso os surdos conversam escondidos e foi lá que aprendi a Língua de Sinais. Quando fui para o quinto ano tive que mudar de escola porque o CEADA atendia até o quarto ano, a escola era inclusiva, mas ninguém sabia Libras, os profissionais não sabiam nada sobre os surdos, eu era o único aluno com surdez desta escola e enfrentei muitas barreiras, não conseguia acompanhar as aulas. Na escola era um sofrimento, mas a comunidade surda estava se organizando em defesa da Libras e os surdos mais velhos me influenciaram bastante para continuar na luta por meus direitos. Em 2002 quando a Libras foi reconhecida no Brasil as coisas começaram a mudar, no entanto ainda tem muita coisa a melhorar no Brasil com relação à inclusão da pessoa surda, é preciso conhecer o surdo, seu comportamento, sua língua, seu jeito de ser e pensar, hoje estamos no processo básico de inclusão. Os primeiros passos foram dados em 1994, na cidade de Salamanca na Espanha, com a proposta de Educação para Todos. O Brasil começou a pensar na educação das pessoas com deficiência e aos poucos estamos conseguindo nosso espaço, mas ainda não está bom porque as pessoas surdas ainda enfrentam barreiras comunicacionais e atitudinais e com comisso sua inclusão não é realidade.

Ao apresentar suas dificuldades Carlos expressa a angústia da comunidade surda, atualmente ele e a esposa são professores efetivos em instituições federais, mas essa realidade ainda é para poucos. Essas conquistas pessoais é um exemplo prático da aparição das pessoas surdas, ficando cada vez mais evidente que, ao buscar acessibilidade, as pessoas surdas se tornam agentes de desenvolvimento local.

De acordo com Gianotto (2016, p. 25) existem seis surdos atuando como docentes em universidades em Mato Grosso do Sul, destacando que na rede estadual e municipal existem vinte surdos atuando como docentes contratados para atender as demandas de capacitação de docentes e ensino de Libras para surdos e ouvintes. Adriano de Oliveira Gianotto relatou que:

[...] em minha família não foi muito fácil, pois meus pais e irmãos são ouvintes, eu tenho um tio que é surdo e ele me ajudou porque me levava na ASSUMS, no CEADA, na praça Ary Coelho, onde tinha surdo nós estávamos. Meus pais não compreendiam a cultura e identidade surda, cobravam que eu aprendesse a Língua Portuguesa. Eu estudava em escola comum de manhã e à tarde ia para o CEADA. Após trinta anos de muito esforço meu pai passou a compreender os surdos e com isso nos aproximamos mais. A inclusão dos surdos não acontece realmente, pois ainda não existem pessoas capacitadas para nos atender nos diversos serviços como: justiça e hospitais, por exemplo, mas nós surdos continuamos a lutar por nossos direitos.

Ao conversar com Adriano percebe-se que suas angústias lhe fortalecem na luta pela inclusão dos surdos. Atualmente ele é o líder jovem que representa a comunidade surda do Estado junto a Federação Nacional de Surdos (FENEIS) e nos últimos meses tem protagonizado, junto à comunidade surda e demais profissionais da área, a mobilização em prol do CEADA e da criação de uma escola bilíngue para surdos.

O que ficou evidente no discurso dos quatro entrevistados é que para as pessoas surdas a sociedade ainda não está preparada para inclui-los e são conscientes que este processo é moroso, mas que aos poucos a comunidade surda está conquistando seu espaço no território que é tomado majoritariamente por pessoas ouvintes. Assim, para melhor compreender a significação disso é preciso conhecer os conceitos abordados pelo desenvolvimento local, apresentado no próximo capítulo, a fim de entender sua relação com a inclusão da pessoa surda.

4 INCLUSÃO DA PESSOA SURDA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A inclusão da pessoa surda passa a ser relevante para o desenvolvimento local a partir do momento em que elas se tornam visíveis à sociedade e começam a clamar pela ampliação de seus papéis como atores sociais e com isso contribuir para melhor inclusão, o que consequentemente amplia as possibilidades de desenvolvimento social e local. Ao se organizarem em suas associações, igrejas e escolas em busca de reconhecimento de sua língua e respeito a sua cultura as pessoas surdas se tornam agentes de desenvolvimento local. Isso tem tornado a pessoa surda alvo de vários estudos e atualmente despertado os pesquisadores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local (DL) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) que recebeu em 2014 o primeiro mestrando surdo, Adriano de Oliveira Gianotto a desafiar-se nos meios acadêmicos de maior complexidade.

A partir das experiências vivenciadas com este mestrado, que inclusive foi o responsável pelo ingresso desta pesquisadora no mesmo programa seis meses depois, remete esta pesquisa a tratar os desafios que as pessoas surdas já enfrentaram para chegar onde estão, que apesar de ainda não ser de maneira eficaz eles podem contar com o reforço das políticas públicas para terem acesso a formação acadêmica que desejam.

Assim após conhecer o sujeito da pesquisa é importante relacioná-lo às vertentes teóricas do DL começando pela conceituação de território, espaço, comunidade e solidariedade, relacionando-os aos estudos voltados à comunidade surda e suas especificidades.

4.1. Entendendo o desenvolvimento local

Para melhor entender o Desenvolvimento Local (DL) é preciso perpassar alguns conceitos pertinentes a ele: o espaço, o território e a comunidade, e consequentemente identificar sua relação com a inclusão das pessoas surdas.

Santos (2004) apresenta os conceitos de espaço, mas consoante aos objetivos desta pesquisa destaca-se “[...], o espaço, por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e

entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais. ” (SANTOS, 2004, p. 95-6). Outro conceito de espaço é dado por Ávila (2001, p. 28)

[...] espaço, no âmbito de nosso estudo, pode significar apropriadamente: “Lugar mais ou menos bem delimitado [...], formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá [...].

O conceito de espaço abrange vários pontos de vista, no entanto, esta pesquisa está mais próxima do conceito geográfico de espaço, ou seja, “espacio de la actividad humana, desde el espacio arquitectural, em el extremo inferior de la escala, hasta la superficie de la Tierra, en el outro extremo” (MARQUES, 2013, p.17). A inclusão da pessoa surda acontece em determinado espaço por meio de interações humanas e isso leva a outro termo que precisa ser apresentado: o território.

Marques (2013, p. 24) afirma que “ El territorio puede ser entendido por su configuración, constituída por los sistemas naturales de um determinado país o em uma determinada área, con las modificaciones hechas por los hombres.” Uma definição geográfica que bem representa os objetivos desta pesquisa, pois as pessoas surdas têm promovido mudanças na dinâmica social, pois eles formam seus territórios de acordo com suas necessidades pessoais e coletivas.

Os conceitos de espaço e território em vários estudos são tratados de acordo com “a relevância da interação entre os sujeitos, os espaços e os territórios. Muitos ainda destacam a questão da identidade que forma a comunidade. [...] local de aconchego em que se tem o sentimento de pertença” (SANTOS, GRILLO, MACIEL, 2016, p. 41).

Ao pesquisar os conceitos de DL percebe-se uma variedade de definições geradas de acordo com a linha temática do pesquisador. No entanto, a maioria delas é remetida à relevância da interação que ocorre entre o sujeito e o território.

El desarrollo local es el resultado de la acción articulada del conjunto de los diversos actores (o agentes) sociales, culturales, políticos y económicos, públicos y privados, existentes en el espacio local en la construcción de un proyecto estratégico que orienta sus acciones a largo plazo. La promoción del desarrollo local depende de la capacidad de organización de los actores locales para la gestión de los recursos locales y de su capacidad de afrontar los factores externos (MARQUES, 2013, p. 61)

Os estudos sobre o DL abordam vários aspectos em torno dessa expressão, desenvolvimento local, e Ávila (2001) apresenta os termos separadamente e salienta que a compreensão do contexto inserido na expressão desenvolvimento local precisa de mais estudos relacionados aos diversos aspectos que cada termo possibilita. Assim o autor apresenta que,

[...] o ‘núcleo conceitual’ do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento -a partir do rompimento das amarras que prendam as pessoas em seus *status quo* de vida- das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ (portanto com interesses comuns e situada em (...) espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica) [...] (ÁVILA, 2001, p. 68).

As “amarras sociais”, como dito por Ávila (2001), prejudicam o desenvolvimento de uma comunidade que não se enquadra nos estereótipos estabelecidos pela sociedade. Esses prejuízos acarretam desde o isolamento social até o extermínio social, quando um povo não se adapta às regras estabelecidas pela maioria acaba por perecer socialmente.

O conceito de comunidade varia de acordo com as vertentes teóricas e sua definição é dada de acordo com a área. Etimologicamente temos comunidade como:

sf (lat communitate) **1** Qualidade daquilo que é comum; comunhão. **2** Participação em comum; sociedade. **3 Sociol** Agremiação de indivíduos que vivem em comum ou têm os mesmos interesses e ideais políticos, religiosos etc. **4** Lugar onde residem esses indivíduos. **5** Comuna. **6** Totalidade dos cidadãos de um país, o Estado. (<http://michaelis.uol.com.br/>)

Revisando os pensamentos de Bauman (2003, p. 7) vê-se que para ele a comunidade é o lugar onde pode sentir-se bem, pois está entre pares que compartilham saberes e conhecimentos. Geralmente quando se vive em comunidade tende-se a viver melhor, pois se sente amparado de alguma forma. Para Strobel (2008, p. 34) “O que sucede é que quando os sujeitos surdos estão em comunhão entre eles, e quando compartilham suas metas dentro da associação de surdos, federações, igrejas e outros locais dá o sentido de estarem em comunidades surdas”. A autora defende ainda a ideia de “povo surdo” como sendo “sujeitos que compartilham os costumes, história, tradições em comuns e pertencentes às mesmas peculiaridades culturais, ou seja, constroem sua concepção de mundo através do artefato cultural visual [...]”.

Na comunidade surda as relações humanas acontecem em vários espaços, estes que são compreendidos etimologicamente em várias vertentes como a Física, Astronomia, Geografia, entre outros, para o DL o mais utilizado é o Geográfico que é compreendido como

“espacio de la actividad humana, desde el espacio arquitectural, en el extremo inferior de la escala, hasta la superficie de la Tierra, en el outro extremo” (MARQUES, 2013, p. 17).

As pessoas surdas se interrelacionam nas escolas, no ambiente de trabalho, em associações, locais públicos e em ambientes familiares. O espaço de convivência é amplo, porém, a satisfação indicada por Bauman (2003) está no contato por meio da Libras. Os surdos têm sua representatividade social ao construírem o diálogo com a sociedade local por meio dos agentes envolvidos na difusão de sua cultura e identidade. Assim, pode-se perceber além das pessoas surdas, os familiares, a escola, a igreja, as associações e os intérpretes como agentes colaboradores na inclusão social deles, como indicado por Ávila (2001, p. 31-32) “A comunidade se configura por grupo de pessoas que se convergem, articulam e interagem através de ‘relacionamentos primários’ [...]”.

Os relacionamentos primários acontecem na interação entre os indivíduos que se conhecem e constroem vínculos. No caso das pessoas surdas esses vínculos acontecem na maioria dos casos tardiamente, pois o contato com a Libras geralmente se dá na fase escolar. Quando a família aceita e insere na comunicação familiar os sinais a criança tem melhor desempenho e envolvimento social. Nesses casos os surdos se tornam líderes das comunidades, pois servem como referência para outros que não tiveram a mesma oportunidade de contato com a Libras.

Durante muito tempo o isolamento social das pessoas surdas era motivo de pesquisa, atualmente eles têm participado das diversas ações sociais tendo como forte aliada à tecnologia, que tem cada vez mais reduzido as barreiras comunicacionais e proporcionado a comunidade surda a “voz” que lhes faltava.

4.2. A tecnologia e a inclusão da pessoa surda

Como visto, a visibilidade das pessoas surdas é possível por meio da Libras, em muitos casos sua convivência é com pessoas ouvintes que nem sempre sabem se comunicar com eles. Os casos de contato social geralmente aconteceram por meio de sua participação em associações, escolas e igrejas, para outros casos de interação dependiam de alguém, como por exemplo para conversar com amigos que estavam distantes. Assim como o uso de cartas enviadas pelos correios, mas nem todos sabiam escrever e isso era um fator complicador. Para quem tinha na família um aparelho telefônico era possível esse contato por meio de interlocutores, mas isso nem sempre era eficaz, uma vez que nem todos da família sabiam se comunicar com os surdos a comunicação era quase sempre comprometida.

O avanço das tecnologias e popularização dos computadores e acesso à internet iniciou uma nova etapa na comunicação das pessoas surdas, uma vez que oportunizou os contatos diretos com outras pessoas por meio de salas de bate papo. Assim o início das redes sociais proporcionou aos surdos o contato direto com seus amigos e parentes distantes. O *Messenger*, popularmente conhecido como MSN, foi um dos primeiros recursos a serem usados pelos surdos, no início eram apenas textos e depois com as atualizações do programa foi possível a realização de bate papo por vídeo. Pode-se dizer que isto foi extremamente relevante para a difusão da Libras, pois os surdos ampliaram seu contato social e puderam se organizar como comunidade surda.

No espaço tecnológico, são inúmeras as vantagens que surdos têm aproveitado dos avanços para a efetivação de sua inclusão, pois a gama de aplicativos desenvolvidos para aproximar as pessoas tem proporcionado às pessoas surdas a autonomia que sempre buscaram. O MSN e o *Orkut* possibilitaram a criação de grupos chamados comunidades virtuais onde o objetivo girava desde o simples contato social até grupos de estudos. Com a criação do *Facebook* o acesso foi ainda mais popularizado.

Na telefonia móvel, e sua popularização, recursos como MSN e *Orkut* tornaram-se obsoletos e o espaço foi ocupado pelas vídeo-chamadas. No entanto, o *Facebook* ainda tem proporcionado a aproximação das pessoas com amigos ou parentes distantes e as pessoas surdas têm nessa rede social um recurso para propagar seus direitos e denunciar omissões em casos de acessibilidade. É comum visualizar vídeos de pessoas surdas desabafando sobre um atendimento médico, ou escolar e até mesmo em casos de provas em concursos que eles não conseguem acesso por meio de intérpretes. Pode-se dizer que as redes sociais têm garantido aos surdos maior participação social.

Outro benefício trazido pelas redes sociais são os grupos de bate papo em aplicativos que têm proporcionado além das interações sociais, o registro de sinais em grupos criados como glossários de Libras que registram os sinais já conhecidos e possibilitam a difusão desta língua. Estes aplicativos ainda possibilitam trocas e interações por meio de grupos de profissionais da área da surdez, contatos familiares e muitos outros aspectos comuns da interação humana.

A tecnologia tem sido utilizada para atender pessoas surdas em qualquer espaço que ela necessite da intermediação de um intérprete de Libras. Tem destaque as Centrais de Interpretação que podem (na ausência de profissionais) utilizar o recurso de vídeo chamada para atender as pessoas surdas que solicitarem. Assim é possível entender quando Strobel (2008, p. 37) defende a cultura surda e os artefatos desta cultura, para a autora os artefatos “

[...] podem incluir “tudo que se vê e sente” quando se está em contato com a cultura de uma comunidade, tais como materiais, vestuário, maneira pela qual um sujeito se dirige a outro, tradições, valores e normas etc.”, assim pode-se entender que a tecnologia tem possibilitado cada vez mais artefatos culturais ao tornar o mundo acessível para as pessoas com limitações físicas, psicológicas, neurossensoriais e linguísticas.

Há escassez de história cultural de surdos, justamente por falta de registros, porque por muitas gerações os povos surdos fazem narrativas não escritas de suas vidas, contam as tradições culturais que integraram em suas comunidades surdas através de língua de sinais, nos séculos passados não tinha como registrar estas narrativas por não haver tecnologia avançada que hoje temos: as filmagens, fotos, webcam, etc. (STROBEL, 2008).

Atualmente a tecnologia tem proporcionado às pessoas, não somente o contato social, mas possibilitado a difusão de sua língua materna, de sua cultura e identidade social. As redes sociais têm sido utilizadas por muitos grupos de surdos e ouvintes que buscam o aprimoramento da Libras, bem como tem possibilitado que novos conceitos possam ser estudados resultando na ampliação do vocabulário. A exemplo disto, temos grupos de *whatsapp* voltados ao estudo linguístico da Libras denominados glossários, tendo como participantes geralmente surdos e intérpretes que buscam um sinal para termos desconhecidos e assim a Libras tem evoluído linguisticamente, pois todo sinal fica registrado em formato de vídeo e pode ser divulgado.

É comum a presença de vídeos nas redes sociais com interpretação em vários ambientes como shows musicais, peças teatrais, escolas e universidades, bem como vídeos caseiros com desabafos de pessoas surdas envolvendo questões de discriminação e exclusão. Assim, percebe-se que a tecnologia como agente de inclusão das pessoas surdas tem proporcionado a eles o protagonismo no ensino de sua língua e divulgação de sua cultura e identidade.

4.3 O desenvolvimento local na ótica da pessoa surda

Seguindo o problema apresentado no início desta pesquisa e poder entender em que termos a inclusão da pessoa surda resulta em desenvolvimento local, os entrevistados responderam a seguinte pergunta: Qual a importância da inclusão da pessoa surda para o local onde você vive? E, as respostas dialogam com os estudos de Robert Castel, que entende que a existência positiva do indivíduo está relacionada a sua capacidade “desenvolver estratégias pessoais e assim dispor de uma certa liberdade de escolha na condição de sua própria vida”

sem depender de outros (CASTEL ; HAROCHE 2003, p. 26). Para Carlos Magno Leonel Terrazas

[...] a inclusão é muito importante, mas as deficiências visíveis são mais respeitadas. Os surdos nem sempre são considerados pessoas com necessidades especiais, pois nossa limitação é linguística e precisamos apenas de adaptação humana, diferente dos cadeirantes e cegos que precisam de adaptações prediais. A sociedade ainda tem muito que melhorar, mas aos poucos isso está acontecendo, é preciso mudar comportamentos e isso é muito difícil. Mas a mudança só pode acontecer se a sociedade enxergar as pessoas surdas, caso contrário a inclusão não acontecerá. Em muitos ambientes ainda somos invisíveis. Nós surdos temos nossas limitações, mas temos habilidades que podemos desenvolver. O surdo pode ser professor, médico, advogado, o que ele se identificar ele pode buscar a formação e seguir uma carreira profissional, a sociedade precisa acreditar nos potenciais das pessoas surdas. Também para que a inclusão aconteça os surdos precisam sair de seus esconderijos e se mostrar mais sendo responsáveis por suas vidas, sair da dependência familiar e de aguardar favores para resolver suas coisas. Em qualquer lugar, quando a acessibilidade é garantida a clientela fica satisfeita e o serviço é amplamente divulgado e valorizado e isso é muito bom para o desenvolvimento local.

As pessoas surdas têm desenvolvido suas capacidades individuais em busca de melhorias para a comunidade surda, os quatro entrevistados são reflexos disto, pois são exemplos de superação e realização de suas capacidades. Mesmo enfrentando barreiras comunicacionais Carlos e Elaine, como docentes efetivos em instituições públicas federais, Adriano como doutorando e Ricardo por sua família ser percursora do processo de inclusão dos surdos em Campo Grande (MS), acreditam que a inclusão do surdo pode trazer inúmeras consequências para o desenvolvimento local, notadamente enquanto sujeitos participantes do contexto comunitário. Adriano de Oliveira Gianotto afirma que:

[...] sobre o desenvolvimento da inclusão da pessoa surda, para esclarecer, temos duas situações: na comunidade surda fluente no uso da Libras não têm inclusão, mas quando um surdo desta comunidade começa a interagir com a comunidade ouvinte há inclusão, existe uma troca de saberes, pois os surdos ensinam a Libras e os ouvintes ensinam a Língua Portuguesa, porém a comunicação ainda é um problema. A relação entre surdos e ouvintes tem melhorado a cada dia, mas ainda não há respeito com a cultura e identidade surda e por isso resolvi buscar na formação acadêmica, fazer mestrado e doutorado para entender e também para mostrar a todos que nós surdos somos capazes de apresentar à sociedade um pouco de nosso mundo e, além de aprender, mostrar aos surdos que eles podem e devem se relacionar mais com as pessoas ouvintes, pois temos muito o que ensinar e aprender nessa relação.

Ao enveredar-se nos meios acadêmicos Adriano de Oliveira Gianotto tornou-se referência para os surdos em Campo Grande, pois esse é um caminho complexo para eles. No entanto, é relevante destacar que o sucesso dele se deve ao fato da Universidade Católica

Dom Bosco respeitar a legislação e acima de tudo o ser humano em suas limitações e garantir ao acadêmico a acessibilidade que ele precisa para participar das atividades dos programas de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local. Por sua vez Elaine defende que:

[...] o que percebo sobre a inclusão das pessoas surdas ainda tem muita coisa a ser aprimorada, a começar pela contratação de TILS ou capacitação de funcionários para atendimento especializado. Percebo que a preocupação de acessibilidade gira em torno de adaptações prediais, para nós surdos é diferente, nós precisamos que as pessoas entendam nossa língua. A importância da inclusão para o desenvolvimento do lugar está na melhora das relações sociais, e principalmente na garantia da satisfação do cliente, mas as pessoas surdas ainda sofrem com a falta de atendimento. É comum a omissão de informações durante uma comunicação, nem todas as pessoas compreendem a Libras ou mesmo a surdez, tem muito a ser feito e quando a sociedade realmente compreender as necessidades dos surdos com certeza o desenvolvimento local será positivo, pois existirá satisfação nas relações sociais e a pessoa surda realmente se sentirá pertencente a comunidade local.

Os diferentes discursos levam a compreensão de que as representações sociais dos surdos estão relacionadas ao processo cultural estabelecido pelas diferentes identidades (SÁ, 2002 p. 354). É possível perceber que a comunidade surda se sente não incluída e estigmatizada, impostos ao modelo da sociedade ouvinte. Quando o sujeito se sente bem no lugar onde vive ele participa positivamente da sociedade e suas relações sociais são mais concretas. Para se sentir parte da sociedade os surdos precisam ser compreendidos.

Um aspecto positivo do processo de inclusão das pessoas surdas é um benefício de sua relação social é o visível aumento na oferta de cursos de Libras e a formação de novos profissionais a cada dia que passa. Aos poucos as instituições estão investindo na capacitação de seus funcionários, mesmo que por ordem judicial, quando se dá a oportunidade de apreender uma nova língua está valorizando seus usuários.

A inclusão das pessoas surdas tem possibilitado cada vez mais a geração de emprego, tanto para as pessoas surdas quanto aos TILS, com isso a comunidade se beneficia com a geração de renda. No universo educacional a demanda tem sido cada vez maior, o número de surdos matriculados nas escolas de ensino comum aumenta e com isso a contratação de profissionais capacitados para atuar nas salas de aula. De acordo com o Plano Municipal de Educação de Campo Grande (PME/MS)¹⁰, em 2013, existiam 144 alunos surdos matriculados nas escolas de ensino comum da capital e contam com a presença do TILS em sala de aula e com salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), já na rede estadual e federal não foram encontrados dados quantitativos.

¹⁰ Disponível em: <http://www.capital.ms.gov.br/planurb/wp-content/uploads/sites/18/2016/12/Plano-Municipal-de-Educac%CC%A7a%CC%83o.pdf>. Acesso em 24 fev 2017.

O discurso dos surdos associado aos dados apresentados leva a compreensão de que a inclusão das pessoas surdas tem sua relação com o desenvolvimento local na medida em que os agentes sociais se tornam sujeitos sintagmáticos e sua participação social fica cada vez mais evidente. Isso pode ser percebido nas escolas que garantem para o aluno surdo a presença do TILS nas salas de aula para mediar o processo de ensino e aprendizagem, e isso resulta em desenvolvimento local, pois toda a comunidade pode interagir com mudanças sociais que destacam as melhorias no atendimento às pessoas surdas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal contribuição desta pesquisa é a apresentação da pessoa surda à sociedade com ênfase ao seu protagonismo social. Pessoas estas que não se sentem incluídas e buscam um lugar em um espaço em que a deficiência ainda é sinônimo de doença e incapacidade.

Os objetivos propostos foram alcançados, pois a teoria associada aos discursos dos entrevistados, bem como a convivência da autora desta pesquisa com a comunidade surda possibilitou analisar a inclusão das pessoas surdas e perceber que, mesmo a pessoa surda não aparecer nas teorias do desenvolvimento local, o problema inicial foi respondido teoricamente e reforçado pelo discurso dos entrevistados, uma vez que percebe-se que o processo de inclusão gerou a busca de um bem comum e a consequente garantia de participação social das pessoas surdas. A hipótese foi confirmada ao se perceber que as teorias do desenvolvimento local convergem aos objetivos da comunidade surda, pois o movimento social tem fortalecido a inclusão das pessoas surdas.

A inclusão, sua relação com o desenvolvimento local, a investigação dos processos de inclusão das pessoas surdas e como isso tem sido garantido foram os objetivos desta pesquisa e ao analisar as entrevistas ficou evidente que a cada conquista da comunidade surda o desenvolvimento local acontece. Isso pode ser verificado nas diversas tecnologias que foram desenvolvidas com intuito de aproximar as pessoas e isso tem garantido as pessoas surdas a acessibilidade e autonomia.

Este estudo possibilitou perceber que durante muito tempo as pessoas surdas foram marginalizadas pela sociedade que consideram a fala um critério de garantia de participação social. Esse pensamento vem sendo derrubado por vários pesquisadores, dentre eles muitos surdos. Que aos poucos estão saindo das sombras e conquistando seu espaço. Uma cena rara era a presença de surdos em ambientes acadêmicos, atualmente eles são os protagonistas de pesquisas de maior relevância que envolve desde a inclusão ao ensino da Libras.

Mesmo com as políticas públicas garantindo acessibilidade, as pessoas surdas ainda enfrentam barreiras comunicacionais. Mesmo tendo sua língua materna reconhecida ela ainda não é conhecida em muitos ambientes. As escolas deveriam garantir o ensino da Libras a fim de reduzir as barreiras, no entanto a maioria delas, apesar de ter alunos surdos, ainda resiste ao “jeito surdo” de escrever. Aos poucos as pessoas surdas estão desprendendo-se das amarras sociais que as impedem de participar ativamente da sociedade e protagonizar suas conquistas.

Isso fica perceptível com a quantidade de surdos concluindo suas formações acadêmicas e se tornando pesquisadores, mestres e doutores, dando a visibilidade que a comunidade surda tem buscado há séculos.

Percebe-se a importância das escolas bilíngues para a melhoria na qualidade da educação das crianças surdas com relação à aquisição de linguagem. A relevância das instituições religiosas, das associações de surdos e dos ambientes que proporcionam a comunidade surda, a troca de conhecimentos e saberes que acontecem durante uma reunião de amigos, ou numa sala de catequese, em salas de aula e até mesmo em praças públicas.

A inclusão da pessoa surda tem como principais agentes a família e a escola, no entanto a responsabilidade deve ser de todos, é uma ação conjunta que fortalece a luta das minorias. A acessibilidade ainda é precária e o acesso a informações por meio da Libras é insuficiente. Os surdos lutam por espaços acessíveis e que lhes garantam a autonomia sem ter que depender de favores para conseguir acesso à informação, à saúde, à educação, a serviços públicos entre outras coisas.

A relação com o DL é reforçada pelo arcabouço teórico em vários aspectos, mas o principal deles é a relação humana que gera transformação no território. A construção da identidade de um povo é relevante para o fortalecimento da comunidade a fim de que as relações proporcionem o bem estar a todos, a comunidade é o local onde o indivíduo encontra acolhimento e segurança e os surdos têm encontrado isso apenas na convivência com seus pares, ou seja, dentro da comunidade surda. Vale destacar que eles almejam este “acolhimento” também junto à comunidade ouvinte, pois ao registrar seu desejo de autonomia os entrevistados declararam seus anseios e aspirações em melhorar o relacionamento com as pessoas ouvintes.

As pesquisas do DL têm contribuído com a comunidade surda na medida em que as pessoas surdas tornam-se visíveis socialmente. Essa visibilidade, mesmo que precária, tem sido proporcionada nos ambientes escolares, nas universidades, na televisão e principalmente nas redes sociais. A abordagem da questão da inclusão permitiu verificar que em muitos casos a legislação não é aplicada corretamente. É comum, atualmente, vídeos de pessoas surdas nas redes sociais denunciando a falta de intérprete em propagandas eleitorais, falta de legenda nos filmes brasileiros e dificuldade de acesso a consultas médicas. Este trabalho proporcionou uma imersão no mundo dos surdos perpassando pelas teorias do DL, conhecer o perfil do

TILS e seu papel na inclusão das pessoas surdas. No entanto, percebeu-se que tem muita coisa a melhorar e que as pessoas surdas estão cada vez mais protagonizando suas histórias.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Frederico Vaz Guimarães. **A história do aparelho auditivo**. <http://www.museudoaparelhoauditivo.com.br/publicacoes-a-historia-do-aparelho-auditivo.php> Acesso em 28 jun 2016.
- ALBRES, Neiva A. **História da Língua Brasileira de Sinais em Campo Grande – MS**. Artigos. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2005. Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo15.pdf>>. Acesso em 29 mar 2016.
- _____. **Surdos & Inclusão Educacional**. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2010.
- _____. **Intérprete educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva**. São Paulo: Harmonia, 2015.
- Alfabeto Manual disponível em: http://acessa-para.blogspot.com.br/2012/02/pessoa-com-deficiencia-e-sua-relacao_14.html Acesso em 30 abr 2016.
- ÁVILA, Vicente F. **Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos**. Campo Grande: UCDB, 2001.
- BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed, 2003.
- BRASIL. SEESP. **Declaração de Salamanca**. Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 27 abr 2016.
- _____. **Deficiência Auditiva**. Brasília: MEC/SEESP, 1997. (Série Atualidades Pedagógicas).
- _____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03-/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 11 dez. 2012.
- _____. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10,436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 11 dez. 2012.
- _____. SEESP/MEC. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. [2. ed.] / coordenação geral. - Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunossurdos.pdf> acesso em 15 mar 2015 às 15h04.
- _____. Lei nº 11.796 de 29 de outubro de 2008. Institui o Dia Nacional dos Surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11796.htm. Acesso em 27 jun 2016.
- _____. Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm>. Acesso em: 11 dez. 2012.
- _____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNPD Pauta Inclusiva 2013.

Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/-%5Bfield_gene-rico_imagens-filefield-description%5D_67.pdf. Acesso em 30 jun 2016.

_____. Lei 13.146 de 6 de julho de 2015 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 26 mai 2016.

CARVALHO, R. E. **Dez Anos da Declaração de Salamanca:** avaliação de uma década, proferida para os alunos da disciplina Fundamentos da Educação Especial da PUC-RIO. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). Disponível em: cape.edunet.sp.gov.br/textos/eventos/2.doc. Acesso em 14 jul 2016.

CASTEL, Robert; HAROCHE, Claudine. Propriedad privada, propiedad social, propiedad de si: conversaciones sobre la construcción del individuo. 1ª Ed. Rosario: Homo sapiens, 2003. Disponível em: <http://fatosociologico.blogspot.com.br/2010/10/robert-castel-e-construcao-do-individuo.html>. Acesso em 22 fev 2017.

CHOI, Daniel. *et al.* PEREIRA, Maria Cristina da Cunha org. **Libras:** conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

CNBB/REGIONAL SUL2. **Pastoral dos Surdos rompe desafios e abraça os sinais do Reino na Igreja do Brasil.** São Paulo: Paulinas, 2006.

COMERDI, Maria Aparecida. **Estudos sobre a deficiência auditiva e surdez.** Brasília: UFPA, SD. Disponível em: http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php?file=%2F186797-%2Fmod_resource%2Fcontent%2F1%2Festudos_sobre_a_deficiencia_auditiva_e_surdez_v2.pdf. Acesso em 03 abr 2017.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado:** pessoa com surdez. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez. SEESP/SEED/MEC Brasília/DF – 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_da.pdf / Acesso em 04 jul 2016.

DIAS, Vera Lucia Lopes. **Rompendo a barreira do silêncio:** interações de uma aluna surda incluída em uma classe do ensino fundamental. UERJ, 2006. Dissertação disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=100908. Acesso em 09 março 2017.

FEBRAPILS. Disponível em: <http://www.febrapils.com.br/p/quem-somos.html>. Acesso em 14 jul 2016.

GIANOTTO, Adriano de Oliveira. **Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como fator de desenvolvimento local em contextos de territorialidades.** Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2016. Disponível em: <http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/22498-dissertacao-adriano-de-oliveira-gianotto.pdf>. Acesso em 22 jan 2017.

IMAGENS DE APARELHOS auditivos. Disponível em: <http://www.museu-doaparelhoauditivo.com.br/publicacoes-a-evolucao-dos-aparelhos-auditivos.php>. Acesso em 27 jun 2016.

INEP PROLIBRAS. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/prolibras>. Acesso em 29 jun 2016.

INES. Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Conheça o INES.** Disponível em: <http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>. Acesso em 28 jun 2016.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009

LUZ, Renato Dente. **Cenas Surdas: os surdos terão um lugar no mundo?** São Paulo: Parábola, 2013.

MARQUES, Heitor Romero. **Desarrollo local em la escala humana: uma exigência del siglo XXI**. Campo Grande: Mundial, 2013.

MARQUES, Heitor Romero. CASTILHO, Maria Augusta de. (org). **Desenvolvimento Local no contexto de territorialidades**. Campo Grande: Mundial, 2016.

MONTEIRO, Myrna Salerno. **História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil**. In: ETD - Educação Temática Digital 7 (2006), 2, pp. 295-305. Disponível em: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ss0ar-101789>. Acesso em 13 set 2016.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

QUADROS, Ronice. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira. Estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed; 2004.

QUADROS, Ronice M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC: SEESP, 2004.

QUADROS, Ronice M.; HEBERLE, Viviane. **Curso de letras/licenciatura com habilitação em língua brasileira de sinais: inclusão nas universidades públicas brasileiras**. Desafios da Educação a Distância na Formação de Professores, Brasília, 1 ed, v.1, 2006. p. 87-92.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, Poder e Educação de Surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTOS, Eduardo F. dos. GRILLO, Jocimara P. MACIEL, Josemar de C. **Diferença e visibilidade precária: conceituação e um caso**. Campo Grande, MS: Gráfica Mundial, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma geografia Crítica**. 6 ed. São Paulo: USP, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/Por%20uma%20geografia%20nova%20-.pdf>. Acesso em 12 out 2016.

SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya. DI BENEDETTO, Laís dos Santos. SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos. **História das pessoas surdas: da exclusão à política educacional brasileira atual**. Unesp/UNIVESP, 2013. http://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47935/1/u1_d24_v21_t02.pdf. Acesso em 11 mar 2016.

SILVA, Aline da Rosa. GUIMARÃES, Priscila. GOMES, Josélia Maria Loyola de Oliveira. **Pastoral dos Surdos da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, Telêmaco Borba/PR**. Ateliê de História UEPG, 1(1): 121-127, 2013. Disponível em revistas2.uepg.br/index.php/ahu/article/download/4443/3599, 24 mar 2016.

SLOMSKI, Vilma Geni. Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2012.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

UFGD. Licenciatura em Letras/Libras. Disponível em: <https://portalead.ufgd.edu.br/cursos/licenciatura-em-letras-libras/> Acesso em 29 jun 2016.

UFSC. **Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Letras/Libras.** Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em: <http://letraslibras.grad.ufsc.br/projeto-politico-pedagogico/>. Acesso em 22 jan 2017.

VILHALVA, Shirley. ARRUDA, Cícera C. C. de. ALBRES, Neiva de A. **Desafios na formação continuada de profissionais para educação inclusiva de surdos – o CAS como política de ação do MEC.** São Paulo: FENEIS, 2014.

VILHALVA, Shirley. **Histórico da Libras de Mato Grosso do Sul.** São Paulo: FENEIS, 2000. Disponível em:

http://www.feneis.com.br/Libras/anexos/lib27/05/2007ras_ms.htm. visitado 25/08/07.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. Ed. Ridendo Castigat Mores, 2001. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/vigo.html>. Acesso em 13 set.